

Soc. 35

Soc. 35

2006

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS (FLCS)

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Papel da instrução escolar na inserção sócio-profissional dos jovens no mercado de trabalho em Moçambique: o caso da cidade de Maputo

Autor: Carlos Eduardo Cuinhane

Supervisor: Professor Dr. Peter Beck

Co-supervisor: Professor Dr. Quive

Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção do grau de licenciatura em Sociologia

UNIVERSIDADE	EDUARDO MONDLANE
FLCS	5636
DEPARTAMENTO	18/09/07
SOCIOLOGIA	oferta
UNIVERSIDADE	Soc - 35

Maputo, Novembro de 2006

ÍNDICE

Declaração de honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Siglas e abreviaturas.....	v
I. INTRODUÇÃO	1
1.1. Justificação.....	2
1.2. Relevância.....	5
1.3. Objectivos.....	6
1.4. Contextualização.....	7
1.5. O Problema.....	10
1.5.1. Pergunta de partida.....	12
1.5.2. Hipóteses.....	12
1.5.3. Explicitação das hipóteses.....	13
II. QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL	13
2.1. Perspectiva Funcionalista.....	14
2.2. Teoria de Reprodução Social.....	17
2.3. Escolha de Abordagem.....	21
2.4. Quadro Conceptual.....	24
2.4.1. Operacionalização dos conceitos e modelo de Análise.....	27
III. METODOLOGIA	28
3.1. Revisão bibliográfica.....	28
3.2. Trabalho de campo.....	28
3.2.1. Características dos jovens inqueridos.....	29
3.2.2. Razões de escolha da faixa etária.....	30
3.3. Técnicas de recolha e análise de dados.....	31
3.4. Fase de análise de dados.....	32
3.5. Dificuldades.....	32

IV. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS: PAPEL DA INSTRUÇÃO ESCOLAR NA INSERÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NA CIDADE DE MAPUTO..... 33

4.1. Inserção profissional dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho..... 33

4.1.1. Características dos inquiridos: nível de instrução escolar dos jovens trabalhadores 33

4.1.2. Percurso de inserção profissional dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho formal da cidade de Maputo..... 36

4.1.2.1 Percurso de procura do primeiro emprego..... 36

4.1.2.2. Relação entre número de candidaturas feitas durante a procura de emprego e nível de instrução escolar 38

4.1.2.3. Número de empregos concorridos durante a procura do emprego actual 38

4.1.2.4. Número de entrevistas prestadas para ter emprego actual segundo o nível de instrução escolar 38

4.1.2.5. Percurso de acesso ao emprego actual e condições do tipo de emprego procurado..... 39

4.2. Profissão e estatuto profissional dos jovens trabalhadores..... 41

4.2.1. Domínio de actividades dos jovens trabalhadores 42

4.2.2. Relação entre nível de instrução e local de trabalho dos jovens trabalhadores... 43

4.2.3 Relação entre nível de instrução escolar e tipo de contrato de trabalho 43

4.2.4. Relação entre nível de instrução escolar e nível de salário 44

4.2.5. Nível de instrução escolar e horas de trabalho dos jovens trabalhadores..... 46

4.2.6. Relação entre nível de instrução escolar e posição profissional no emprego..... 46

4.3. Inserção social dos jovens trabalhadores no Mercado de Trabalho 48

4.3.1. Direitos e prestações auferidas na empresa pelos jovens trabalhadores 49

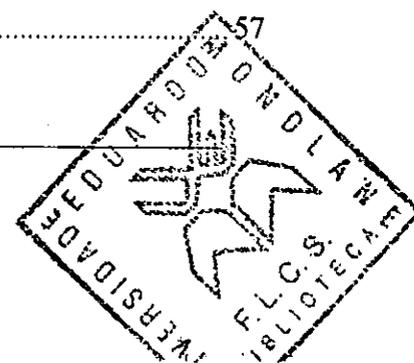
4.3.2. No âmbito social: Posse individual de bens sociais..... 49

4.3.3. Satisfação pelo trabalho no primeiro emprego..... 50

4.4. Estratégias de acesso ao emprego actual no mercado de trabalho formal 53

Estratégias de procura e acesso ao emprego: grupos experimentais 55

4.5. Inserção Sócio-Profissional dos jovens trabalhadores segundo a natureza da Empresa: Empresas Públicas e Privadas 57



4.6. A questão de género na inserção sócio-profissional dos jovens trabalhadores	60
4.7. Meio Social dos jovens trabalhadores.....	62
4.7.1. Estatuto social dos pais dos jovens trabalhadores inquiridos.....	62
4.7.3. Meio Social e rede de contactos no acesso ao primeiro emprego.....	63
Interpretação dos resultados: factores de inserção sócio-profissional no mercado de trabalho	65
CONCLUSÃO	74
BIBLIOGRAFIA	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Categorias dos jovens inquiridos segundo o sexo.....	31
Quadro 2. Faixa etária dos jovens inquiridos segundo o sexo	32
Quadro 3. Tipo e nível de instrução dos jovens trabalhadores segundo a idade	33
Quadro 4. Tipo e nível de instrução escolar segundo a localização dos jovens trabalhadores	35
Quadro 5. Duração de procura de emprego segundo o nível o tipo e nível de instrução escolar.....	36
Quadro 6. Tempo de procura de emprego segundo a posse ou não do curso de formação profissional.....	37
Quadro 7. Número de entrevistas prestadas segundo o tipo e nível de instrução escolar.	39
Quadro 8. Condições do tipo de emprego procurado segundo o nível e tipo de instrução escolar.....	40
Quadro 9. Tipo de contracto segundo o tipo e nível de instrução escolar.....	44
Quadro 10. Nível de salário individual segundo o tipo e nível de instrução escolar.....	45
Quadro 11. Satisfação no trabalho segundo o tipo e nível de instrução escolar.....	51
Quadro 12. Mecanismos de acesso ao primeiro emprego usados pelos jovens trabalhadores segundo o nível de instrução escolar.....	55
Quadro 13. Mecanismo de acesso ao emprego segundo a posse ou não do curso de formação profissional	55
Quadro 14. Mecanismos de acesso ao emprego segundo categorias de jovens.....	56

Quadro 15. Igualdade de oportunidades de acesso e promoção no emprego segundo o género	61
Quadro 16. Mecanismos de acesso ao emprego actual segundo a origem geográfica dos jovens trabalhadores.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Tempo de trabalho na empresa segundo o tipo e nível de instrução escolar....	48
Gráfico 2. Nível de salário mensal individual segundo o tipo e tamanho da empresa.....	59

LISTA DE FIGURAS

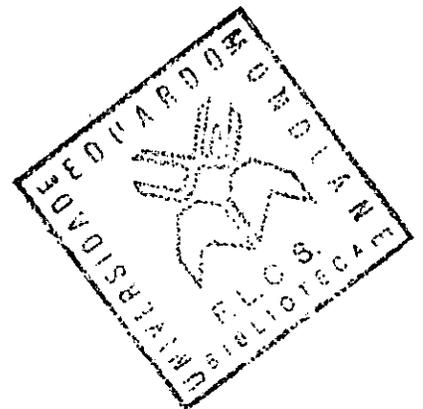
Figura 1. Esquema do Sistema de Ensino Escolar em Moçambique.....	10
Figura 2: Modelo de Análise.....	27

Declaração de Honra

Eu, Carlos Eduardo Cuinhane, declaro por minha honra que o presente trabalho de Licenciatura em Sociologia, nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer outro grau, e que constitui resultado da minha investigação pessoal, pelo que apresento as fontes bibliográficas usadas no texto para a realização desta pesquisa.

O estudante

(Carlos Eduardo Cuinhane)



Dedicatória

À

Francelina e meus pais Meriamo e Eduardo

Agradecimentos

O presente estudo não teria sido possível sem a dedicação incansável do professor Dr. Peter Beck, meu supervisor e professor Dr. Samuel Quive, meu co-supervisor, que acompanharam o processo do meu estágio na investigação do estudo sobre "*as condições de inserção sócio-económica dos jovens em meio urbano: o caso da cidade de Maputo*" e dedicação imensurável na definição do objecto de estudo e acompanhamento na análise e elaboração do presente trabalho. Por isso, para eles, vão os meus maiores agradecimentos.

Os meus agradecimentos são extensivos à equipa de estudo com a qual trabalhei na ONG ESSOR, nomeadamente a delegação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Rajendra Paratian (Sénior Labour Market Policy specialist), Florence Bonnet (estaticienne) e Pierry Romany (consultor) pelos seus ensinamento no melhoramento dos conhecimentos sobre SPSS, ao representante da ONG ESSOR (Bruno Meric), pela sua hospitalidade, ao Antoine Bureau (sócio-economista), meu colega de investigação, pelos seus imensuráveis conselhos e à Embaixada da França, especialmente Sr. José da Costa (Adido de cooperação) que financiou o estudo que permitiu a recolha de dados, sem se esquecer dos meus colegas do Departamento de Sociologia, que com empenho e dedicação participaram na recolha de dados que usamos para a análise neste estudo.

Finalmente, agradecer à minha família e amigos pelo apoio moral e psicológico durante a realização deste trabalho.

Resumo

O presente estudo de caso da cidade de Maputo debruça-se sobre o papel da instrução escolar na inserção sócio-profissional dos jovens no mercado de trabalho formal. O estudo tem como objectivo, analisar o papel da instrução escolar e de redes sociais na inserção sócio-profissional dos jovens no mercado de trabalho formal, concretamente no acesso ao primeiro emprego. Com base no método qualitativo e quantitativo, o estudo chegou às constatações seguintes.

A instrução escolar favorece a inserção sócio-profissional dos jovens no acesso ao primeiro emprego no mercado de trabalho formal, mas existe diferenciação em relação ao tipo de ensino seguido pelos jovens trabalhadores com o mesmo nível de instrução escolar. Os jovens que seguiram o Ensino Técnico-Profissional têm mais vantagem na facilidade de acesso ao emprego, elevado nível de rendimento, contrato de trabalho e tempo de jornada de trabalho em relação aos seus colegas que seguiram o Ensino Secundário Geral. O estudo constatou ainda que a formação profissional não exerce influência significativa na inserção sócio-profissional dos jovens.

No entanto, o acesso ao primeiro emprego não só exige mobilização do capital escolar como também do capital social, nomeadamente redes sociais referentes a ajuda da família, amigos e conhecidos que facilitam a informação sobre emprego e movimentação do expediente. Notamos também que, uma vez inseridos no mercado, a posição profissional dos jovens trabalhadores é definida de acordo com o nível de instrução escolar.

Siglas e Abreviaturas

- **BM** Banco Mundial
- **CEMPRE** Censo de empresarial
- **CFP** Centro de Formação Profissional
- **DINET** Direcção Nacional do Ensino Técnico
- **ESG** Ensino Secundário Geral
- **ETP** Ensino Técnico Profissional
- **IAF** Inquérito aos agregados familiares sobre o orçamento familiar
- **INE** Instituto Nacional de Estatística
- **INEFP** Instituto nacional de Emprego e Formação Profissional
- **MDJ** Ministério da Juventude e Desportos
- **MINTRAB** Ministério do Trabalho
- **MISAU** Ministério de Saúde
- **MTS** Ministério do Trabalho e Solidariedade
- **OMT** Organização Mundial do Trabalho
- **OIT** Organização Internacional do Trabalho
- **RepM** República de Moçambique
- **SPSS** Statistic Package for Social Science

I. INTRODUÇÃO

Actualmente, o tempo de transição dos jovens de escola para o mercado de trabalho tende a ser mais longo e as situações de desemprego para os jovens tornam-se práticas recorrentes. O acesso ao primeiro emprego nas empresas públicas e privadas formais exige instrução escolar e mobilização de redes sociais.

É sobre esta temática que o presente estudo se debruça. Trata-se concretamente da análise do papel da instrução escolar no processo de inserção sócio-profissional dos jovens no mercado de trabalho formal, particularmente no acesso ao primeiro emprego.

A abordagem prática sobre esta questão em Moçambique foi iniciada pelo rápido estudo sobre o mercado de emprego e pelo estudo sobre as condições de inserção sócio-económica dos jovens moçambicanos em meio urbano: o caso da cidade de Maputo. A nível teórico, esta temática constitui objecto de debate no campo das Ciências Sociais, particularmente as abordagens sociológicas de Durkheim, Davis & Moore, Parsons e Sorokin – teorias funcionalistas – e Bourdieu e Boudon – teorias de reprodução social.

O presente estudo está organizado em quatro capítulos principais. No primeiro capítulo introduz-se e apresenta-se a justificativa, relevância, objectivos, contextualização e problema da pesquisa. No segundo capítulo constitui-se o quadro teórico e conceptual e modelo de análise. No terceiro capítulo descrevemos a metodologia usada para a recolha e análise de dados. No quarto capítulo apresentamos e analisamos os dados e por fim a conclusão.

1.1. Justificação

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005) mostram que perto de 86 milhões de jovens a nível mundial não têm trabalho, numa população de cerca de 45% de desempregados. A taxa de desemprego dos jovens é de 13.8%. De forma geral, os jovens são três vezes mais vulneráveis ao desemprego do que os adultos. Estes dados tendem a aumentar se termo em conta que entre 1950 e 2000 a população economicamente activa mundial cresceu de 2.4 vezes em geral, sendo 1.93 para os jovens (OIT, 2004:9).

A nível mundial nota-se crescimento da taxa de desemprego. O relatório da Organização Mundial do Trabalho (2005) refere que o número de desempregados no mundo cresceu para 191.8 milhões no final de 2005, o que representa um desemprego de 6.3% numa força de trabalho calculada em 2.8 biliões de pessoas, correspondente a 2.3 milhões de desempregados no mundo. A maioria desses desempregados tem entre 15 e 29 anos de idade.

De entre vários factores que são citados como desvantagens dos jovens no acesso ao mercado de trabalho, dois destacam-se como principais: natureza do mercado de trabalho e falta de instrução escolar. Segundo a OIT (2004:13/14), o obstáculo principal é a escassez do emprego para os jovens e a transição de escola para o trabalho é mais dificultada pelo facto de a população jovem ser considerada não atractiva pelos empregadores, devido a falta de habilidades e conhecimentos requeridos pelo mercado de trabalho, principalmente para jovens dos países em via de desenvolvimento, que enfrentam défice em educação básica e literária. Estes factores aliam-se à falta de experiência de trabalho exigido pelos empregadores e ao facto de a educação e formação raramente oferecer canais de entrada para o mercado de trabalho ou oportunidades de aprendizagem do trabalho.

Moçambique não é alheio ao crescimento da taxa de desemprego. Estatísticas do Ministério do Trabalho (MINTRAB-INEFP, 2005) estimam que só no primeiro semestre de 2005 existiam 146.031 pessoas desempregadas. A cidade de Maputo contava com 8.738 desempregados. Este número parece aumentar substancialmente se se considerar

que em 2004 foram registados 16.772 desempregados, dos quais 856 referem ao nosso campo de estudo. Embora os dados do MINTRAB não desagregam os desempregados em termos de idade, pode-se notar que os jovens são os mais "vulneráveis" ao desemprego, pois dos 146.031 desempregados registados 62.412 eram candidatos ao primeiro emprego. A cidade de Maputo apresentava 2.109 candidatos ao primeiro emprego.

A nossa preocupação em analisar o papel da instrução escolar na inserção sócio-profissional dos jovens prende-se com o facto de que actualmente para ter acesso ao emprego é necessário um elevado nível de instrução escolar e posse de habilidades técnicas profissionais visto que os mercados tendem a ficar mais competitivos. A agressividade dos mercados de trabalho tem como consequência o aumento do desemprego.

O crescente desemprego em Moçambique tem a ver, de entre outros factores, com crescimento acelerado da população jovem e conseqüente aumento da população activa¹ e desenvolvimento tecnológico. O senso populacional de 1997 e projecções mais recentes de crescimento populacional indica que em 2004 a população total estimada em 18.961.503 habitantes, 27.5% representavam a população jovem dos 15 aos 29 anos de idade (INE, 2004). Esta população aumenta o crescimento da população activa no país, que se estima em 300.000 novos activos que procuram se inserir no mercado de trabalho, anualmente. Em 2005, a população activa era calculada em 10.943.586 pessoas (MINTRAB, 2005). A nova mão-de-obra é na sua maioria caracterizada pela fraca instrução escolar num mercado em que se exige cada vez mais mão-de-obra qualificada e adequada às novas tecnologias. Por outro lado, o mercado de trabalho moçambicano caracteriza-se por maior procura e pouca oferta de emprego devido a falta de flexibilidade na criação de emprego. Com efeito, o mercado de trabalho formal emprega apenas cerca de 5% da população activa no país, sendo os restantes 95% no mercado de trabalho informal.

¹ Considera-se população activa, todas pessoas que têm 15 anos e mais (INE, 1997). Mas para economia formal, considera-se população activa os indivíduos com 18 anos e mais, sendo aceite 15-17 anos, mas com condicionalismos.

Devido ao crescimento de desemprego, crescimento da população activa e características do mercado de trabalho, os mecanismos de acesso ao emprego no mercado de trabalho formal, principalmente ao primeiro emprego, não parecem ser muito claros. Os anúncios de emprego em jornais, Internet e outros mecanismos não só exigem elevado nível de instrução escolar como também outros conhecimentos que não são directamente proporcionados pelo actual sistema escolar, como por exemplo aperfeiçoamento de línguas, conhecimento de informática, experiência de trabalho, competitividade, autonomia, cartas de referência, entre outros. Numa situação desta natureza parece pouco provável aceder facilmente a um emprego e muito menos encontrar emprego que corresponde à formação profissional adquirida e às expectativas dos jovens. Estes factores tornam possível questionar o peso do diploma, obtido no actual sistema de ensino, não só no acesso ao primeiro emprego, mas também a sua relação com as exigências do mercado de trabalho.

O sistema escolar moçambicano forma empregados, isto é, depois da formação os graduados vão ao mercado de trabalho à procura de emprego, o que aumenta, de certa forma, o desemprego. A política da educação e da juventude não dirige os jovens para a criação de auto emprego.

A escolha da cidade de Maputo como campo de estudo, prende-se com o facto de se apresentar como um espaço que melhor caracteriza o processo de urbanização e suas consequências, onde se verifica vários problemas tais como maior crescimento da economia informal lado a lado com economia formal, desemprego e, um espaço em que os jovens experimentam diferentes mecanismos de acesso às formas de sobrevivência. É ainda na cidade de Maputo, onde melhor pode-se distinguir o peso da instrução escolar na inserção sócio-profissional no mercado de trabalho formal. Para além destes factores, a cidade de Maputo apresenta melhores oportunidades de trabalho.

A nossa participação como encarregados de estudo sobre "*As condições de inserção sócio-económico dos jovens moçambicanos em meio urbano: o caso da cidade de*

Maputo²”, realizado pela ONG ESSOR, OIT, em parceria com INEFP e colaboração com Departamento de Sociologia da UEM e financiado pela Embaixada da França, entre Junho de 2005 e Abril de 2006, despertou a nossa atenção sobre esta questão. Neste estudo não houve espaço para analisar o papel da instrução escolar na inserção sócio-profissional dos jovens, daí o nosso interesse sobre este tema.

1.2. Relevância

A instrução escolar tem sido assumida pela maioria dos jovens como um caminho indispensável para chegar ao mercado de trabalho formal e ganhar oportunidades de vida. Facto revelador desta situação observa-se pela crescente procura de vagas no sistema de ensino moçambicano.

A sociedade moçambicana, a nível da política de educação e da juventude, tem dado maior importância à instrução escolar (Educação formal: Ensino Secundário Geral, Ensino técnico-profissional, etc.) como recurso indispensável no “combate” à pobreza absoluta e no desenvolvimento sócio-económico, cultural e político³ e; presta uma atenção especial para o desenvolvimento da juventude, quer no acesso ao ensino, quer no acesso ao emprego⁴.

Entretanto, as transformações actuais de mercado de trabalho moçambicano⁵, principalmente na cidade de Maputo, tendem a exigir competências que o actual sistema de ensino não oferece, tornando as expectativas dos jovens frustrantes porque nem sempre se verifica adequação entre a formação profissional adquirida e exigências do

² O estudo sobre “as condições de inserção dos jovens moçambicano em meio urbano: o caso da cidade de Maputo” focalizou sobre o Mercado de trabalho formal e informal e aborda várias dimensões, desde a qualidade do ensino, mecanismos de acesso ao emprego nos dois mercados quer dos trabalhadores, quer dos desempregados/inactivos e percepção dos estudantes.

³ Esta estratégia política reflecte-se no Plano para a Redução da pobreza Absoluta II (2005-2009), que é um documento que contém toda a política que o Governo Moçambicano pretende implementar em todos os sectores (económico, social, político, cultural) e é uma continuação do Plano para a redução da pobreza absoluta I (2001-2005) já implementado.

⁴ A política Nacional da juventude foi recentemente aprovada pelo Conselho de Ministros, mas ainda está em processo de implementação. Aliado ao mesmo objectivo, o MINTRAB já desenhou uma política que visa favorecer a formação profissional dos jovens e acesso ao mercado de trabalho.

⁵ São exemplo dessas transformações: a crescente privatização, redimensionamento das empresas, racionalização da mão-de-obra e novos investimentos estrangeiros que exigem mão-de-obra qualificada e adaptada ao desenvolvimento tecnológico.

mercado de trabalho. A actual conjuntura económica (economia de "mercado") exige uma estratégia de ensino em permanente adaptação e adequação com o mercado de trabalho.

Assim, este estudo pretende apresentar a problemática de inserção sócio-profissional e analisar o peso dos diferentes diplomas do sistema escolar num contexto em que estão em curso as reformas das políticas educativas⁶. Achamos esta questão importante na medida em que pode contribuir na reflexão sobre a estratégia de educação moçambicana, tendo em conta que uma das funções da instrução escolar é a inserção sócio-profissional. Porém, a instrução escolar não só tem a função de inserção sócio-profissional, como também é um factor importante de transformação social e cultural nas sociedades modernas (Rocher, 1999:123-124; Arroiteia, 1991); acrescido ao facto de a escola ser um factor determinante na aquisição de estatuto sócio-profissional, estatuto social e posição social, factor de diferenciação social e estruturante das desigualdades de oportunidades de acesso ao emprego e às oportunidades de vida.

1.3. Objectivos

Geral:

- Analisar o papel da instrução escolar e da rede social na inserção sócio-profissional dos jovens no mercado de trabalho formal na cidade de Maputo.

Específicos:

- Avaliar a relação entre o sistema escolar (Ensino geral, formação técnico-profissional e formação profissional) e as necessidades do mercado de trabalho formal;
- Analisar o peso do diploma dos diferentes tipos de ensino em relação ao acesso ao primeiro emprego;
- Analisar de que forma as redes sociais influenciam o acesso ao primeiro emprego no mercado de trabalho formal.

⁶ Actualmente está em processo de reforma os Ensino Secundário geral (foi implementado este ano o novo currículo na 8ª classe) e Ensino Técnico Profissional através do programa PIREP (programa integrado de reforma de Educação profissional)

1.4. Contextualização

O processo de inserção sócio-profissional dos jovens depende do tipo da organização social⁷ predominante de sociedade para sociedade em cada época. Moçambique é caracterizado por dois meios distintos: meio rural, que se aproxima mais às sociedades tradicionais e meio urbano, que pelas suas características, tende a corresponder às sociedades modernas. Estes dois meios foram caracterizados por uma estrutura económica distinta desde a independência em 1975.

A inserção sócio-profissional dos jovens no meio rural⁸ difere-se do meio urbano pelo facto de ser predominantemente feita através das estruturas sociais tais como grupo, tribo, família ou parentesco, que integravam os indivíduos em determinados ofícios e profissões (Rocher, 1999:100). O processo de inserção profissional consiste em simples divisão de papéis segundo a estrutura da sociedade e do tipo de emprego.

A hereditariedade do jovem definia a sua profissão e sua inserção na sociedade. Assim, o estatuto profissional era atribuído⁹. Este tipo de "determinismo natural" verificava-se com nitidez no sistema de castas¹⁰. Segundo Weber (1982) os povos em castas formam comunidades e adquirem tradições ocupacionais específicas de artesanato ou de outras artes. Esta transição decorre do facto de as sociedades tradicionais possuírem um alto grau de homologia entre as estruturas familiares, económicas e sociais, por conseguinte a posição familiar é aí o principal determinante da posição social (Boudon, 1981:17).

Chamamos atenção para o facto de que não consideramos que tal ocorra linearmente, visto que as fronteiras entre urbano e rural são fluidas e não estanques. Os jovens da zona rural não herdavam necessariamente a profissão dos seus pais.

⁷ Organização social de uma colectividade ou sociedade é a disposição global de todos os elementos que servem para estruturar a acção social, numa totalidade que representa uma imagem, uma configuração particular, diferente à das suas partes componentes e diferentes também de outras combinações possíveis (Rocher, 1999: 13).

⁸ O meio rural é por analogia comparado a uma sociedade tradicional.

⁹ O estatuto social atribuído pretende-se com situações quase que naturais, em que o indivíduo se vê envolvido desde a nascença. O indivíduo não faz esforço algum para obter determinadas posições sociais (Pité, 1997:51) e estatuto profissional. Ele herda o estatuto profissional dos pais.

¹⁰ Sistema de casta pode ser uma forma particular da estratificação social caracterizada por vários traços culturais específicos, como rigidez do sistema, o fazer parte de uma casta por nascimento, impossibilidade de mudar de casta, endogamia, hierarquia absoluta em todos os campos, particularmente no sistema de valores (Stavenhagen, s.d.).

Enquanto no meio urbano predomina-se uma sociedade tecnológica, caracterizada pela divisão do trabalho e da estrutura de emprego com ruptura entre produtor e consumidor e, a família é uma unidade de consumo, na sociedade tradicional a família consome o que produz, é simultaneamente unidade de produção e de consumo. O trabalhador (no sector terciário: são técnicos, engenheiros, administradores, etc.) produz para um mercado que não conhece; o local de trabalho está separado do local de residência; do repouso; do lazer e do consumo (Rocher, 1999:99). É neste contexto que podemos enquadrar a zona urbana moçambicana enquanto uma sociedade moderna, caracterizada pelo trabalho organizado, estruturado, burocratizado e acompanhado de uma imensa rede de ocupações diversas (Rocher, 1999:101-104; Weber, 1982).

Assim, as ocupações profissionais já não se definem principalmente pela pertença ao grupo, tribo, à família ou parentesco, mas pela inserção sócio-profissional dos jovens no mercado de trabalho. Esta inserção ocorre graças à valorização da instrução escolar que se distingue da instrução familiar¹¹ (Rocher, 1999:109/123; Arroteia, 1991:35). É através desta inserção profissional que os jovens adquirem o seu estatuto profissional.

Em Moçambique e particularmente na cidade de Maputo, o processo de inserção sócio-profissional distingue-se em dois momentos. Entre 1975 e 1984, com uma política económica baseada no sistema socialista e centralmente planificada (Abrahamson & Nilson, 1994; Castel-Branco, 1994; Francisco, 2003)¹², o processo de inserção sócio-profissional no mercado de trabalho era da responsabilidade do Estado. Quase que todos os cidadãos estavam empregados até ao período de transição da economia centralizada para “economia de mercado”.

Mas com o fim do sistema socialista e implementação de políticas de reajustamento estrutural do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que

¹¹ Isto não significa o fim da importância da família na socialização dos indivíduos. Segundo Arroteia (1991:43) com a revolução industrial a importância da família como agente socialização passa a ter funções distintas das que outrora lhe eram atribuídas nas sociedades tradicionais, mas prevalecem certas funções como a sexual, a económica, a produtora e a educativa.

¹² Estes autores referem ainda que a economia era regida pelo Plano Prospectivo Indicativo, que tinha entre outros objectivos, industrialização, formação da força de trabalho e desenvolvimento social. Porém, tais objectivos não foram alcançados.

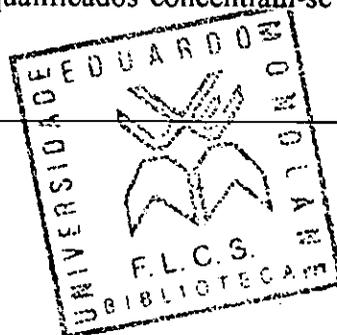
consistiram na implementação de políticas de reformas através do Plano de Reabilitação Económica e Social (PRES) em 1986, o Estado deixou de desempenhar o papel de regulador da economia (Abrahamsson & Nilsson, 1994; Castel-Branco, 1994), liberalizando o processo de inserção no mercado de trabalho.

Com a privatização das empresas e racionalização da mão-de-obra, muitos trabalhadores perderam emprego. Esta situação aumentou o crescimento do desemprego. O acesso ao emprego passou a ser através da concorrência, num processo em que a posse de um elevado nível de instrução escolar, acompanhado do saber fazer tornam critérios cruciais para aceder ao emprego no mercado de trabalho formal.

Características do mercado de trabalho formal da cidade de Maputo

O mercado de trabalho formal caracteriza-se pela existência do sector público (correspondente aos Ministérios), empresas públicas e privadas. Em termos de empregabilidade, este mercado representa cerca de 5% da população activa, ou seja, 520.000 trabalhadores (INE, 2003). Os restantes 95% estão no mercado de trabalho informal. No mercado de trabalho formal, o sector público permanece primeiro empregador com 173,495 funcionários, seguido de empresas públicas e privadas, com 484,763 trabalhadores (Missão Económica francesa, 2004). A mão-de-obra nas empresas privadas reparte-se em pequenas empresas, que são maiores empregadoras com 57% dos trabalhadores seguidas pelas médias empresas com 22,9% e por último pelas grandes empresas com 20% dos trabalhadores (CEMPRE, 2002). Na cidade de Maputo existem 10.186 empresas privadas formais que empregam 222.448 trabalhadores (BM,2004:9/10).

O nível de ensino dos empregados no mercado formal é descrito como insuficiente para as necessidades das actuais empresas. Estudo rápido sobre o mercado de emprego (Muhamede, 2003:14-27) revela que dos 1067 trabalhadores entrevistados, 70% possuíam ensino médio ou secundário, 23% ensino primário ou menos e 7% mais que o ensino médio. Em termos de qualificação, este estudo refere que as empresas são na sua maioria constituídas por trabalhadores semi-qualificados e não qualificados, com formação básica e elementar. Os trabalhadores qualificados concentram-se nas maiores

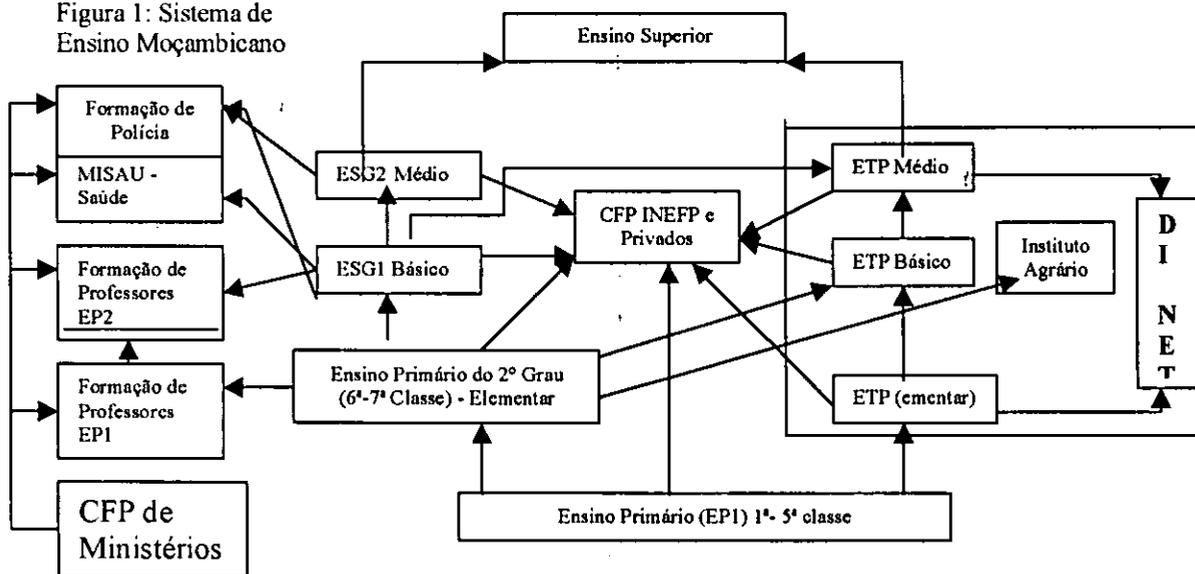


empresas, com destaque nas cidades de Maputo e Beira. Segundo este estudo, as mulheres têm um peso menor no total de mão-de-obra, constituindo apenas 24% contra 76% do sexo masculino.

Sistema de Ensino Escolar em Moçambique

O sistema de ensino escolar caracteriza-se pela existência de ensino geral (de primário até ensino secundário geral médio); ensino técnico-profissional (de elementar até ensino técnico médio) e; ensino superior. Existem também Centros de formação profissional públicos (pertencentes aos Ministérios públicos) e Privados, como mostra o esquema.

Figura 1: Sistema de Ensino Moçambicano



Fonte: Autor

1.5. O Problema

A investigação em Ciências Sociais parte de um problema de investigação que pode ser sugerido por falhas na literatura existente, por debates teóricos ou por questões práticas do mundo social e que desconcerta o investigador (Giddens, 2000:658), mas também do questionamento de conclusões de estudos feitos sobre determinado problema ou de análise e interpretação de dados estatísticos sobre um fenómeno social.

De facto, sem um problema que inquieta investigadores não haveria razão para a existência da ciência. Neste sentido, o problema que nos leva a realizar este trabalho

prende-se com as questões práticas do mundo social, concretamente a relação entre instrução escolar e a inserção sócio-profissional no mercado de trabalho formal. Neste quadro de problema, o nosso estudo incide sobre como ocorre a transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho formal. Esta preocupação leva-nos a questionar como é que os jovens procuram o emprego? Que papel desempenha a instrução escolar no acesso ao primeiro emprego?

A questão de instrução escolar constitui um objecto de debate nas Ciências Sociais, particularmente no campo da sociologia, especialmente no insucesso escolar e funções da instrução escolar na sociedade moderna.

Acredita-se que estas sociedades (industriais ou modernas) são regidas pelos mecanismos meritocráticos¹³, isto é, apreciam as competências provenientes do sistema escolar que por sua vez garantem acesso ao emprego (Boudon, 1981). Ora, esta assertiva induz-nos ao facto de que todos os jovens com instrução escolar têm a mesma probabilidade de conseguir um emprego no mercado de trabalho formal. Mas a transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho na cidade de Maputo não parece ocorrer de forma directa e simples como sugere esta assumpção.

Na realidade o acesso ao primeiro emprego no mercado de trabalho formal na cidade de Maputo, não é um processo simples e linear. Nas condições em que se apresenta o mercado de trabalho formal, a instrução escolar não parece ser único mecanismo de acesso ao primeiro emprego. Parece existirem outros factores que influenciam o acesso ao primeiro emprego. Entretanto, que relação se pode estabelecer entre esses factores e a instrução escolar?

Na cidade de Maputo, a investigação sobre esta questão foi iniciada com o estudo sobre "*As condições de inserção sócio-económica dos jovens moçambicanos em meio urbano: o caso da cidade de Maputo*". As conclusões em que este estudo chegou foram: apesar de

¹³ Meritocracia é o processo de hierarquização de posições e de lugares resultantes de aplicação de uma escala de critérios baseados em *dons* e em *méritos* (Pité, 1997:89). Consideramos mecanismos meritocráticos o acesso ao emprego ou uma posição na base de competências individuais.

a formação profissional ser um mecanismo determinante de acesso ao emprego, ela é complementada pela educação geral (Ensino Primário e Secundário Geral) e técnico-profissional e; a “rede social” (contactos, influências da família, amigos, vizinhos etc.) tem um papel importante no acesso ao emprego e à formação profissional dos jovens.

O foco do estudo é a respeito do peso dos diplomas do ensino geral e técnico-profissional em relação à formação profissional. Face a primeira conclusão, fazemos as seguintes perguntas: será que os jovens que possuem formação profissional têm mais probabilidade de acederem ao emprego do que os que possuem apenas diplomas do ensino geral e técnico-profissional? Como é que os jovens dos diferentes tipos de ensino se apresentam no mercado de trabalho e qual é a probabilidade de progredirem em termos de formação e oportunidades de vida? Será que os diferentes tipos de ensino influenciam o tipo de emprego, contracto e nível de salário?

Na segunda conclusão procuramos saber qual é o papel da rede social no acesso ao primeiro emprego no mercado de trabalho formal. Por outro lado, o estudo procura saber a relação que se pode estabelecer entre a rede social e os diferentes diplomas de ensino. Para finalizar analisaremos até que ponto a rede social é condicionada pelo meio social e em que medida estes mecanismos influenciam a inserção sócio-profissional dos jovens.

Estas questões remetem-nos a uma pergunta de partida que constituirá o fio condutor deste estudo.

1.5.1. Pergunta de partida

Em que medida a instrução escolar contribui na inserção sócio-profissional dos jovens no mercado de trabalho formal?

1.5.2. Hipóteses

- *Se a instrução escolar for acompanhada de um curso de formação profissional, então um jovem acederá facilmente ao primeiro emprego no mercado de trabalho formal;*

- *A instrução escolar não garante necessariamente o acesso ao primeiro emprego no mercado de trabalho formal. Há influência de outros factores como meio social e redes sociais.*

1.5.3. Explicitação das hipóteses

A pergunta de partida procura reflectir os objectivos que propomos alcançar. Em jeito de resposta antecipada a esta pergunta, avançamos a primeira hipótese, na qual procuraremos analisar a relação entre a instrução escolar (Ensino Secundário Geral, Ensino Técnico-Profissional) e a formação profissional no acesso ao primeiro emprego no mercado de trabalho formal. A segunda hipótese procurar revelar que a instrução escolar tornou ou está a tornar-se mecanismo insuficiente para a inserção sócio-profissional, devido à influência de redes de contactos, ajuda da família, amigos e conhecidos (redes sociais) e, influência do estatuto social da família (meio social) dos jovens.

II. QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

A questão de instrução escolar é um problema que tem merecido atenção especial de vários investigadores das Ciências Sociais nas sociedades modernas. As investigações em torno deste assunto centram-se sobre sucesso e insucesso escolar e sobre a função de instrução escolar. Este último campo de investigação procura relacionar o sistema de educação com as diversas esferas da sociedade. A esfera ocupacional é parte dos debates teóricos, pois como refere Freire (1993:309) a relação entre o sistema escolar e o sistema ocupacional tornou-se, nas sociedades modernas, uma das interfaces estratégicas mais decisivas para o desenvolvimento sócio-económico.

As abordagens sociológicas sobre a instrução escolar podem ser enquadradas nas teorias funcionalistas e teorias de reprodução social. A primeira defende que a instrução escolar é uma necessidade e serve para manter o sistema social, enquanto a segunda defende que

a instrução escolar é um mecanismo que serve para reprodução do sistema social existente.

2.1. Perspectiva Funcionalista

A perspectiva funcionalista preocupa-se em saber as relações que existem entre a educação e outras partes do sistema social. Um dos pressupostos desta teoria é de que a educação liga-se com o sistema económico, cuja relação é de ajudar a integrar a sociedade em geral, de forma a manter o sistema social (Haralambos & Holborn, 1992:229).

Um dos pioneiros deste pensamento é Durkheim (1980:72), para quem a educação deve responder às necessidades sociais e que nas sociedades complexas ou industriais, onde verifica-se complexo crescimento e divisão de trabalho especializado, a escola tem a função de providenciar um contexto em que as habilidades podem ser apreendidas. Para este autor, a educação ensina aos indivíduos habilidades especializadas necessários para as suas futuras ocupações (Haralambos & Holborn, 1992:231), pois cada profissão constitui um meio *sui generis* que exige aptidões particulares e conhecimentos especiais (Arroteia, 1991:24).

De facto a educação, na perspectiva deste autor, não só desempenha o papel de transmissão de conhecimentos para os jovens, mas também competências e habilidades profissionais para serem assumidas no mercado de trabalho. A educação é vista numa perspectiva utilitarista e determinista. Ela existe para responder a especialização que a divisão do trabalho exige.

Como observa Arroteia (1991:25), a educação desempenha um papel de primordial importância na preparação do indivíduo para a vida activa, embora, os mercados de emprego não têm sido capazes de assegurar, sobretudo à população jovem, no termo da escolaridade básica, ou mesmo depois do ciclo de estudos secundários, uma ocupação laboral imediata e duradoura. Este facto deve-se às constantes mutações dos sectores de actividades, o que leva ao desenvolvimento de novos esquemas de formação, extensivos a jovens e adultos, que passam não só pelo ensino formal mas ainda pela formação em

alternância que proporciona a par da formação académica, a realização periódica de estágios profissionais fora da escola.

Para complementar Durkheim, outros autores desenvolveram a perspectiva funcionalista na análise do fenómeno da educação. Trata-se da perspectiva estruturo-funcionalista de Talcott Parsons (Haralambos & Holborn, 1992:232-233) que considera a escola como uma ponte entre a família e a sociedade em geral, preparando crianças para os seus papéis adultos. Na família a criança é-lhe atribuída um estatuto, fixado pela nascença. Contudo nas sociedades avançadas, o estatuto na vida adulta é adquirido, isto é, o indivíduo adquire seu estatuto ocupacional. Cabe à escola preparar os jovens para esta aquisição e estabelecer padrões universalistas na forma como os alunos podem adquirir seus estatutos. Por isso a escola opera em princípios "merotocráticos", no sentido de que o estatuto é alcançado na base do mérito.

Literalmente, este pensamento reflecte a ideia de que nas sociedades modernas os jovens não são atribuídos estatutos profissionais, mas sim adquirem na base de esforço individual no qual a educação joga um papel preponderante. No entanto, há que ter atenção sobre o aspecto de merotocratismo da escola. Admitimos o carácter merotocrático, mas declinamos o facto de que a escola é o único mecanismo e que leva necessariamente à aquisição do estatuto profissional.

Na verdade, Parsons procura o fim último da existência da educação em relação às esferas sociais e acaba vendo o sistema educativo como um importante mecanismo de selecção de indivíduos para os futuros papéis na sociedade. Para ele, a "função da escola é de alocar os recursos humanos dentro da estrutura de papéis da sociedade adulta". Esta alocação é feita através de testes e avaliação de estudantes. Desta forma, a escola valoriza seus talentos, habilidades e capacidades para o trabalho para o qual melhor os indivíduos são apropriados (Op. Cit:233).

Tomando em conta o tipo de sociedade (industrial/moderna) em que esta análise foi proposta, de facto, faz sentido porque a sociedade sobrevive na base dos subsistemas que ela própria cria. Por isso podemos admitir que a escola seja o maior mecanismo de

alocação de papéis dos jovens. Mas em sociedades como a nossa, cujo mercado de trabalho se caracteriza pela maior escassez de emprego, torna-se importante desconfiar a preposição de que a escola aloca os jovens nos seus lugares apropriados. Que dizer dos jovens com habilidades e competências, mas sem emprego? Que interpretação para os jovens que exercem funções que não têm nada a ver com a sua formação profissional?

Tal como Parsons, Davis & Moore (Haralambos & Holborn, 1992:233) vêm a educação como mecanismo de locação, mas mais na estratificação social. Eles analisam o sistema de educação como parte importante de estratificação social, pois no seu pensamento, a estratificação é um mecanismo que garante os mais talentosos e capazes a serem alocados naquelas posições que são mais importantes para a sociedade e que são recompensados pelos altos rendimentos. Isto significa, em teoria, que com base nas habilidades escolares, todos competirão por elas e os mais talentosos ganharão.

Foi na base desta ideia que Davis & Moore chegaram a conclusão de que o sistema educativo "providência conjunto de habilidades e conseqüentemente a agência de selecção para colocar as pessoas em diferentes estatutos de acordo com as suas capacidades". O sistema educativo gradua os indivíduos em termos dos seus talentos e habilidades e recompensa os mais talentosos com qualificações superiores, e permite entrada para aquelas ocupações que são funcionalmente mais importantes (*idem*).

De facto, a selecção dos mais talentosos só pode ser vista mesmo em teoria, porque na prática nem sempre se observa esta adequação. Há pessoas que ocupam posições mais importantes na sociedade e com altos rendimentos sem necessariamente corresponder às habilidades exigidas para ocupar tal lugar e, muitas das vezes, o processo de concorrência é tão obscuro tal que se desconfia da ideia de que sempre ganham os mais talentosos.

Davis & Moore (Haralambos & Holborn, 1992:234) foram severamente criticadas pelas suas ideias sobre a educação. Uma das críticas é de que a relação entre credenciais académicas e rendimentos de ocupações não é fechada e é fracamente ligada à educação e há dúvida sobre se o sistema educativo gradua os indivíduos em termos de habilidades,

pois há evidências de que a influência de estratificação social previne o sistema educativo, graduando os indivíduos em termos de habilidades.

Outro autor funcionalista que estuda a questão da educação é Sorokin (Boudon, 1981:67). Para este autor toda a sociedade tende a reproduzir-se e comporta necessariamente mecanismos de selecção e reprodução cujo efeito é manter as estruturas sociais. Esta reprodução é feita primeiro na base da família que impõe na criança um nível de ambição escolar determinado por sua própria posição social, controlando as habilidades através de orientação. A escola seria outra instância de orientação maior nas sociedades industriais, pois a sua função de reprodução tende a seleccionar os indivíduos em função da escala dos valores que caracterizam o sistema social em seu conjunto.

Esta teoria assemelha-se a outras acima referidas pelo facto de ser determinista e atribuir função positiva ao sistema escolar. Entretanto, a teoria de Sorokin tende a aproximar-se mais do pensamento de teorias de reprodução social do que funcionalismo.

2.2. Teoria de Reprodução Social

A teoria de reprodução social procura analisar até que ponto pode se falar de igualdade de acesso à escola e em que medida a instrução escolar promove igualdade de oportunidades entre os indivíduos na sociedade moderna. O nosso interesse nestas teorias é relativo à forma como a instrução escolar promove a igualdade de oportunidades.

Várias conclusões de estudos mostram que longe de promover igualdade de oportunidades, a escola legitima e cimenta a desigualdade. Como mostra Giddens (2000:502), a educação universal longe de ajudar a reduzir as disparidades de riqueza, de poder, ao dar aos jovens com capacidades e meios que lhes permitem encontrar um lugar valorizado na sociedade, ela tende a expressar e a reafirmar as desigualdades existentes muito mais do que a actuar para as mudar.

Nos anos 1960, vários estudos foram produzidos com vista a medir o real papel da escola na redução das desigualdades sociais. Estudo de Colman (1965) chegou a conclusão de que as diferenças entre grupos sociais tendem a manter-se ou a acentuar-se com a escolarização. Mas Plowden (1967) concluiu que os efeitos diferenciais das escolas eram

mínimos e que os efeitos dominantes decorriam de factores familiares, tais como classe social e atitude dos pais (Pinto, 1995:41-46).

Nestes estudos, importa referir que são os primeiros autores a contrariarem as teorias funcionalistas que argumentavam que a escola promovia igualdade de oportunidades. Ao chegar a esta conclusão Colman (1965) e Powden (1967), citados por Pinto (1995:41-46) abriram um campo de grande debate sobre esta temática.

De facto, como refere Pinto (Op. Cit: 447/8), Powden procurou mostrar que a escola não tinha necessariamente peso em relação ao nível dos rendimentos dos adultos que tinham frequentado o ensino. Com efeito há profissões que sendo prestigiadas não são caracterizadas por altos rendimentos.

A preocupação que se instalou foi de saber quais os outros factores que influenciavam a desigualdade de oportunidades para além da educação. Estudo de Jencks, citado por Pinto (Op. Cit: 46) chegou a conclusão de que, entre outras coisas, o meio social de origem tem muito mais influência sobre o diploma obtido do que sobre o quociente de inteligência. O estatuto profissional dos homens revela estreita relação com os diplomas obtidos, mas fortes disparidades de estatutos sociais subsistem entre os homens com o mesmo diploma. Esta conclusão levou o autor a atribuir um papel relevante ao que chama de "sorte".

A conclusão de Jancks (idem) é extremamente importante para a nossa análise, pois este autor mostra que o facto de ter instrução escolar ou diploma não significa necessariamente o acesso automático ao primeiro emprego e ao estatuto profissional. Não seria no entanto que sorte como se refere o autor, mas talvez a interferência de outros factores como estatuto social dos pais, origem social e redes sociais que influenciam o acesso ao emprego.

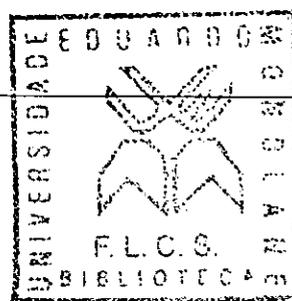
Baseados nos Estados Unidos da América, Bowles e Gintis (1976/1982), citados por (Giddens, 2000:500) desenvolveram estudos sobre a escola e o capitalismo industrial e

concluíram que a educação não tem exercido uma influência poderosa em direcção à igualdade económica. Pelo contrário, a educação moderna é uma resposta às necessidades económicas do capitalismo industrial, pois esta ajuda a fornecer as capacidades técnicas e sociais requeridas pela organização industrial e incutem o respeito pela autoridade e pela disciplina na força de trabalho. Nesta base de resultados, os autores chegaram a conclusão de que “as escolas estão destinadas a legitimar as desigualdades, a limitar o desenvolvimento pessoal a formas compatíveis com a submissão à autoridade arbitrária e a contribuir para o processo através do qual os jovens se resignam ao seu próprio destino”.

Estes autores, embora pessimistas nas suas análises, admitem que as escolas contribuem para motivar alguns indivíduos para “conquistar” o emprego e o “sucesso”, e desencorajam outros, que vão parar a emprego fracamente remunerados (*idem*). Este estudo sugere um novo factor de desigualdade de oportunidades. Trata-se do interesse individual. Ora, embora a instrução escolar não conduza necessariamente a igualdade de oportunidades, ela possibilita a conquista do estatuto profissional.

Illich (1973), citado por Giddens (Op. Cit: 501), também defende esta posição ao afirmar que as escolas desenvolvem para tratar, de entre outras questões, da distribuição de pessoas por ocupações e aprendizagem dos valores determinantes e aquisição de aptidões e conhecimentos aprovados socialmente. Entretanto, torna-se importante referir que as ocupações não são necessariamente distribuídas, mas sim conquistadas através de concorrência.

Contrariamente à Illich (1973), Bourdieu (1986) e Passeron (1977), citados por Giddens (Op. Cit:502) defendem que as escolas, conjuntamente com outras instituições sociais, contribuem para perpetuar as desigualdades económicas e sociais ao longo das gerações. Para complementar, Bourdieu (1964) e Parsons (1970), citados por Boudon (1981:69) apresentaram uma teoria segundo a qual a escola assume a função de selecção dos indivíduos com base em valores cuja função latente consiste em garantir a reprodução das estruturas sociais e particularmente a hierarquia das classes, ou seja a posição entre grupo dominante e dominado.



De facto, a instrução escolar apresenta-se como mecanismo formal de selecção para o acesso ao emprego, estatuto profissional e hierarquização dos trabalhadores no mercado de trabalho, porém a instrução escolar não parece cumprir seu papel de meritocracia, pois a mesma não resulta necessariamente nas mesmas oportunidades no mercado de trabalho.

Nesta ordem de ideias, Bourdieu, citado por Haralambos & Holborn (1992:269) conclui que o papel mais relevante do sistema de educação é a “reprodução cultural da classe dominante” e conseqüentemente a reprodução social, pois esta baseia-se em princípios meritocráticos que providenciam igualdades de oportunidades para todos no acesso ao emprego e aquisição de estatuto profissional.

O último teórico a ser considerado por este estudo, é Raymond Boudon (1974), citado por Haralambos & Holborn (Op. Cit: 270) que com a sua “teoria posicional”, defende que a não existência de diferenças subculturais entre as classes não inibe a produção de desigualdades de oportunidades de educação, pois a escolha de curso é racional, isto é, as pessoas calculam os custos e os benefícios envolvidos na escolha do tipo de curso e tempo da sua duração. É neste princípio em que as desigualdades de ensino influenciarão directa ou indirectamente o acesso ao emprego.

A reprodução social que estas teorias se referem sobre instrução escolar reside principalmente no campo das ocupações profissionais. Como nota Pinto (1995:95/96), a desigualdade de escolarização reproduz a divisão social do trabalho. Estas teorias percebem a educação como mecanismo de socialização e de selecção e preenche a função de reprodução social, uma vez que esta fornece ao sistema económico uma mão-de-obra adequada ao mesmo tempo que assegura um sistema político de manutenção de poder das classes dominantes.

A descrição sintética das teorias funcionalista e reprodução social mostra que existe um debate intenso sobre a instrução escolar, do qual não se pode extrapolar um consenso geral. Nas teorias funcionalistas, a instrução escolar é vista como mecanismo de

manutenção do sistema social, enquanto que as teorias de reprodução social vêm a instrução escolar como instrumento que legitima a reprodução social.

2.3. Escolha de Abordagem

A decisão sobre que tipo de abordagem a usar para tratar o problema levantado não se faz de forma arbitrária, mas sim a partir de um conjunto de factores relacionados com o objecto em causa. A Discussão teórica que abordamos anteriormente tinha como objectivo encontrar e enquadrar a abordagem que vai nortear a nossa pesquisa.

Neste sentido, a teoria de reprodução social de Raymond Boudon (1981) oferece os cânones científicos apropriados para tratar a relação entre a instrução escolar e inserção sócio-profissional. Esta teoria é desenvolvida na sua obra sobre "A desigualdade das oportunidades. A mobilidade social nas sociedades industrializadas", onde o autor critica as teorias da sociologia da educação, que defendem que as sociedades industriais são meritocráticas, no sentido de que apreciam as competências raras e confiam no sistema escolar para as determinar. Assim, a educação é assimilada como um investimento cuja remuneração é tanto maior quando o investimento é em si mesmo mais importante e a renda é normalmente dependente do nível escolar. Ao fazer esta crítica, Boudon acaba criticando Sorokin, que defende que a instituição escolar tem por função primeira triar os indivíduos de modo a garantir uma correspondência tão estreita quanto possível entre as capacidades exigidas pelos diversos empregos e posições que caracterizam a estrutura sócio-profissional (Boudon, 1981:5-6).

Deste modo, Boudon sugere que desconfiemos das desigualdades escolares como factor determinante de outras formas de desigualdade social. Para o autor, as sociedades industriais são desiguais entre si do ponto de vista da posição social e da renda dos indivíduos, mas tais desigualdades são apenas debilmente determinadas pelas desigualdades escolares. Isto deve-se ao facto de que o capital cultural transmitido à criança por sua família predetermina em grande parte o capital escolar e esta predeterminará por sua vez a posição sócio-profissional (Op. Cit: 7).

Para sustentar a sua posição, o autor faz referência aos estudos de Blau e Duncam (1967), que concluíram que havia uma influência directa não do nível de instrução escolar sobre a posição sócio-profissional adquirida pelo indivíduo, mas da influência simultânea da posição sócio-profissional do seu pai. Relacionado a esta questão, outro estudo de Anderson (1961) concluiu que o nível de instrução tem muito menos influência sobre a posição social do indivíduo. Esta conclusão foi corroborada por Boalt (1953) que defendeu que existe quase igualdade, não de oportunidades sociais, mas de oportunidades para que todo o indivíduo obtenha posição respectivamente igual, superior ou inferior a do seu pai, independentemente do seu nível de instrução (Op.Cit: 37).

Declinamos em aceitar esta última proposição de Boalt (1953). Na verdade, todos podem ter a mesma oportunidade de aceder a um emprego e estatuto profissional, mas isto pode depender muito do nível de instrução escolar do jovem e de outros factores como meio social e rede de contactos. Como observa Boudon (Haralambos & Holborn, 1992:270), se um jovem de classe superior escolher um curso vocacional como construção civil, as suas oportunidades serão provavelmente de uma "posição popular". O trabalho que irá ter como resultado do seu curso será de um estatuto baixo do que aquele do seu pai. Contudo a situação seria diferente para um jovem da classe baixa que escolheu um curso similar. Ele pode ter "promoção social" se comparado ao estatuto profissional do seu pai. É por isso que para Boudon, as pessoas são racionais na escolha de cursos. Eles calculam os custos e os benefícios do curso que escolherem.

Esta posição do Boudon é particularmente importante na medida em que a instrução escolar oferece igual oportunidade de os jovens adquirirem um emprego e um estatuto profissional de destaque. A escolha do curso é aparentemente deixada ao critério de cada jovem. Mas certamente que os jovens que tiverem um meio social que lhes possa orientar a escolha do curso escolherão um curso que lhes permitirão aceder facilmente ao "melhor" emprego e com melhor remuneração e conseqüentemente terão um estatuto profissional. O mesmo não aconteceria para os jovens que escolherem os cursos apenas por escolher.

Na verdade, como constatam Bourdieu e Passeron (1964), Bertraux (1978), Mónica (1978), citados por Ferreira, at all (1995:385), a escola possui um conjunto de mecanismos que procedem a uma selecção rigorosa dos estudantes consoante a sua origem social. Estes mecanismos consistem em diferentes hábitos culturais de origem incluindo capacidades linguísticas, conhecimento e aprendizagem prévios, relacionamentos sociais e redes de contacto. Aachamos que estes mecanismos não terminam apenas ao nível da escola, mas são transferidos para o mercado de trabalho, onde ajudam os jovens a encontrar facilmente o primeiro emprego.

A prática de uso de redes sociais (relacionamentos sociais e redes de contactos) é comum entre os indivíduos em situações em que as condições estruturais condicionam o acesso às oportunidades de vida. Segundo Silva (2000:22.18), em situação de pobreza, de privação e vulnerabilidade, os membros da comunidade são obrigados a recorrer às suas relações e redes sociais, que jogam um papel imediato na solução dos seus problemas.

No caso em estudo, a recorrência ao uso das redes sociais no acesso ao primeiro emprego decorre da natureza do mercado de trabalho formal. Esping-Andersen (1993b), citado por Ferreira (1995:383) defende que perante o aumento de indivíduos com diplomas ou certificados escolares de múltiplos níveis, retomam importância, em segundo lugar, outros critérios, como o das "qualificações sociais" (Social skill). Daí que pode se dizer que a posse de "capital escolar" não é garantia de acesso ao emprego, caso não seja acompanhada de um "capital social" igualmente elevado, como por exemplo redes de contactos com o mundo profissional e ligação da família de origem a um meio profissional, que não se adquire na escola.

Nesta óptica, podemos enquadrar as ideias de Esping-Andersen (199b), citado por Ferreira at al (idem) no quadro das teorias de reprodução social, juntamente com Boudon (19981). A posição de Esping-Andersen tem importante implicação para o nosso trabalho, na medida em que permite alargar a nossa visão sobre os factores que podem influenciar o acesso ao primeiro emprego. O mérito de Boudon consiste em relacionar vários factores que podem influenciar um determinado fenómeno social.

Neste sentido, assumimos na linha de Boudon (1981:65) a ideia de que “os indivíduos com certo nível de instrução vão preencher vagas vacantes cujo número e distribuição são determinadas pela estrutura social”. Em complemento a esta perspectiva, assumimos a ideia de Espeing-Andersen (Ferreira, 1995: 383), segundo a qual a posse de “capitais escolares”, não é garantia de acesso ao emprego, caso não seja acompanhado de um “capital social”, como redes de contactos com o mundo profissional e ligação da família de origem a um meio profissional.

2.4. Quadro Conceptual

Em Ciências Sociais a leitura da realidade social ou de qualquer fenómeno social é, muitas das vezes, baseada nos conceitos. Para uma leitura exaustiva torna-se pertinente esclarecer os conceitos principais que empregamos ao longo do trabalho. Neste âmbito, usamos três conceitos principais: a instrução escolar, inserção sócio-profissional e rede social, que passamos a esclarecer.

O conceito de instrução escolar alude a educação formal ou formação. Segundo Thines; Lempeurer (1984:409), a formação é um processo que visa aquisição activa de novos conhecimentos, bem como um emprego activo dos conhecimentos que o sujeito já possui. Ela tem como objectivo desenvolver a personalidade, englobando todas as actividades que visam a valorização técnica e humana.

Este conceito apresenta-se no sentido lato. Entretanto, para a nossa pesquisa o conceito de formação é entendido como um processo contínuo que envolve vários métodos de ensino e aprendizagem através dos quais os jovens adquirem ou ampliam variedade de conhecimentos técnicos com objectivo de promover a sua capacidade de intervenção e adaptação na resolução de determinados problemas em que seja chamado a intervir. Assim, como mostra o esquema do sistema de ensino em Moçambique (ver figura 1), a formação pode ser geral, técnico-profissional e formação profissional. Neste ensino a nossa análise centra-se na formação geral, técnico-profissional e formação profissional.

- a) A formação geral, que se refere à aquisição de conhecimentos gerais sobre as diferentes esferas do mundo, representados em ensino primário (1ª a 5ª), elementar (5ª a 7ª classes) e secundário geral (8ª a 12ª classes);

- b) Formação Técnico-Profissional, que refere à aquisição de competência e conhecimentos necessários para uma indústria específica e profissões, baseando-se no currículo aprovado pela Direcção Nacional do Ensino Técnico-Profissional (DINET) do Ministério da Educação¹⁴ (BM, 2003:3). Neste tipo de ensino, interessa-nos o ensino das escolas ou institutos comerciais e industriais e;
- c) A Formação profissional diz respeito à aquisição de capacidades indispensáveis para iniciar o exercício de uma profissão (MINTRAB, 2004:23) ou ampliação do conhecimento prático em áreas profissionais específicas. A concepção e leccionação dos cursos deste carácter está a cargo de alguns Ministérios e sector privado e a sua formação é relativamente curta (3 a 6 meses) em relação à formação geral e técnico-profissional. As instituições que leccionam estes cursos são designadas por Centros de Formação Profissional. Aqui interessas-nos os cursos leccionados nos centros públicos (INEFP-Ministério do Trabalho) e sector privado, cujos certificados são reconhecidos no mercado de trabalho, mas não correspondem a um nível escolar específico.

A inserção corresponde a um primeiro nível de integração no mercado de trabalho, que se traduz, muitas das vezes, pela precariedade no trabalho (Oliveira, 1998) ou sucesso na vida profissional. Assim, a inserção no mercado de trabalho é a possibilidade de exercício de uma actividade profissional, que poderá culminar na efectiva integração económica e social, como início de um processo de marginalização, entendido este como um percurso “descendente”, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo (Costa, 1998) com a sociedade, cuja fase extrema corresponde à situação de “exclusão social” (MTS, 1998).

Esta definição apresenta alguns elementos importantes para o nosso trabalho, embora procure olhar a inserção profissional como precariedade. Entretanto, nada obsta que a inserção possa também culminar num processo de inserção social, no sentido de melhoria das condições de vida do jovem que exerce uma actividade profissional.

¹⁴ O Ministério da Educação é actualmente designado por Ministério da Educação e Cultura.

No nosso entender, a inserção sócio-profissional é um processo pelo qual o indivíduo se insere no mercado de trabalho formal¹⁵ através do acesso ao emprego¹⁶ que lhe dá direito a um contrato de trabalho e estatuto profissional, salário mensal pela actividade exercida e que possui uma probabilidade de melhorar as suas condições de vida e de desenvolver a sua carreira profissional¹⁷.

O conceito de rede social pode ser definido em várias dimensões dependendo do objectivo em causa. Segundo Withaker (1998), a rede social é uma das formas de representação dos relacionamentos afectivos ou profissionais dos seres humanos entre si ou entre seus agrupamentos de interesse. Esta definição tende a considerar a rede social no sentido de uma organização social (grupo empresarial, associação, etc) em que os indivíduos se unem por um determinado objectivo.

Entretanto, uma outra definição mais ampla refere que as redes sociais são criadas através das redes de solidariedade, envolvendo vínculos de parentesco, vizinhança e relações de trabalho (Silva, 2000:22.2 Citando Nunes (1995:10-11). Silva refere ainda que as redes de solidariedade são provenientes de relações primárias existentes na sociedade, tais como parentesco, vizinhança, grupos profissionais, étnicos e de amizade.

Assim, admite-se que cada indivíduo tem relações sociais no meio em que está inserido, envolvendo um vasto número de amigos, parentes, colegas de trabalho, vizinhos, membros da mesma etnia, entre outros aspectos. É no conjunto destas relações que se podem constituir as redes sociais (Silva, 2000: 22.7/12-13).

São estas redes sociais que Esping-Andersen (Ferreira, 1995: 383) designa de "qualificações sociais" (Social skills) que se apresentam em forma de redes de contactos na procura e no acesso ao emprego no mercado de trabalho.

¹⁵ Falamos de mercado de trabalho para nos referir ao mercado de emprego formal, onde podemos encontrar aqueles que procuram emprego (desempregados), os que trabalham (empregados) e os que oferecem emprego (empregadores).

¹⁶ Entendemos emprego no sentido de uma ocupação, que é desempenhada de forma permanente por um indivíduo, de uma qualquer função socialmente reconhecida (contempla nos instrumentos técnicos da contabilidade social - recenseamento da população, inquéritos, etc.) (Giddens, 2000:2087).

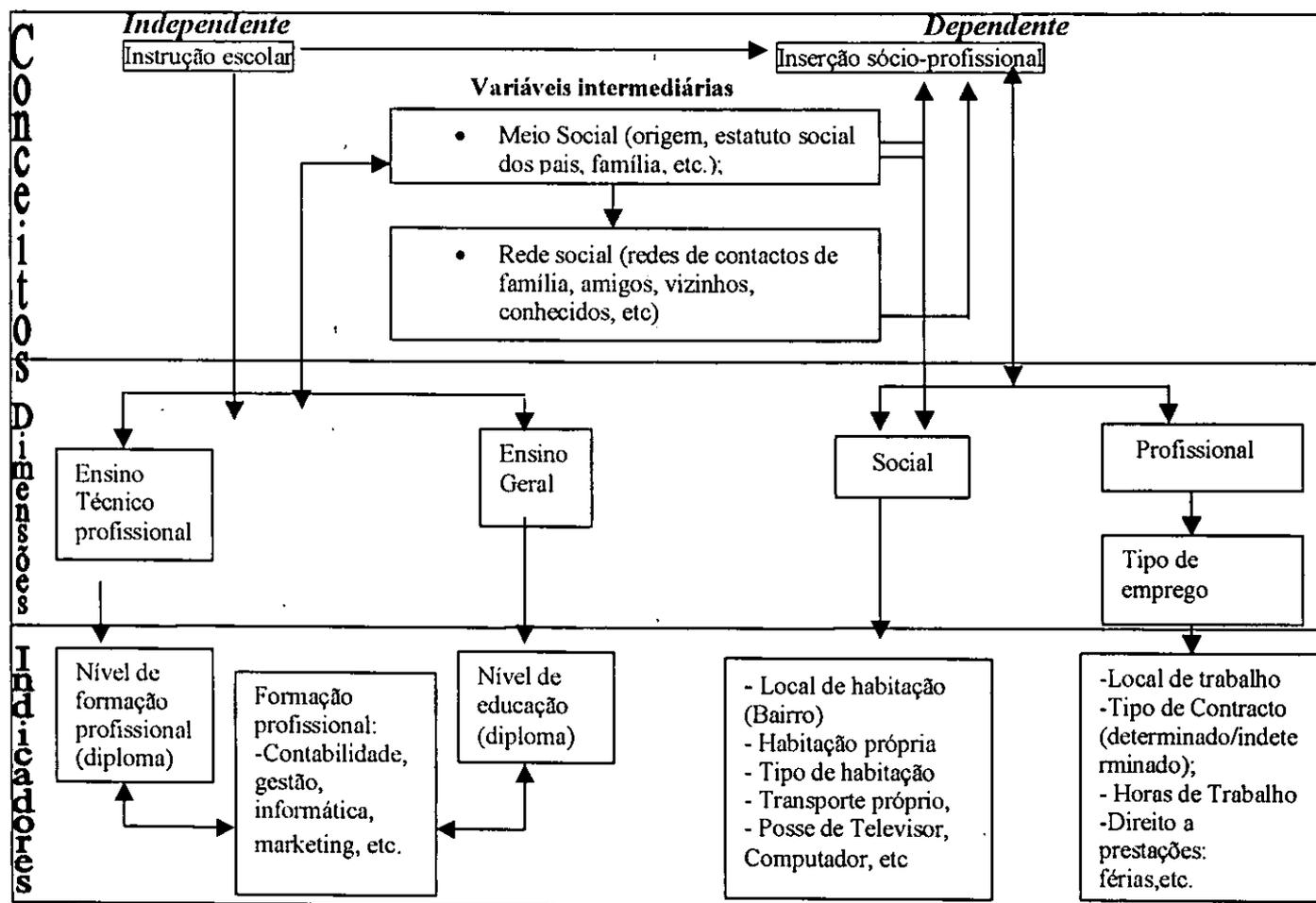
¹⁷ Na concepção de Sekiou (1993:408), citado por Almeida et al (s.d.:2) a carreira profissional pode ser entendida como conjunto de actividades levadas a cabo por uma pessoa para prosseguir o seu caminho profissional, dentro ou fora de uma organização específica, de forma a atingir o mais elevado nível de competências e de contrapartidas hierárquicas, sociais ou políticas.

Na verdade, na concepção mais ampla, as redes sociais constituem um capital social que pode ser definido em função das relações de reciprocidades existentes na sociedade, baseados em laços sociais, que podem se desagregar em redes familiares, de vizinhança, de amigos, algumas igrejas (Silva, 2000:22.14) bem como entre colegas da escola e profissionais que directa ou indirectamente apresentam-se como potenciais membros, a partir dos quais pode se tirar alguma vantagem, principalmente no acesso ao mundo profissional. É neste sentido que usamos as redes sociais nesta pesquisa.

2.4.1. Operacionalização dos conceitos e modelo de Análise

O modelo de análise é a articulação de conceitos e hipóteses em forma operacional dos marcos e pistas que são retirados da problemática para orientar o trabalho de observação e de análise. (Quivy & Campenhoudt, 1998). No nosso entender a operacionalização e modelo de análise da nossa pesquisa pode ser projectada da seguinte forma:

Figura 2: Modelo de Análise



III. METODOLOGIA

3.1. Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica tinha como objectivo ter uma visão sobre o assunto em estudo a nível teórico e de estudos feitos sobre este tema. Esta técnica permitiu a busca de informação sobre evolução do mercado de emprego na cidade de Maputo; levantamento de estudos sobre os problemas dos jovens e políticas existentes sobre a contenção de desemprego e dados sobre a actual situação de emprego no seio dos jovens.

A recolha de informação bibliográfica para o nosso trabalho, a nível teórico, foi realizada nas Bibliotecas da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), Centros de Estudos Africanos (CEA), Faculdade de Economia, Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação (INDE) e, outras bibliotecas da cidade de Maputo. A nível dos estudos realizados sobre este tema, recorremos a fontes especializadas e não especializadas ligadas à situação sócio-económica de Moçambique, políticas sobre emprego e formação, através de relatórios encontrados no MINTRAB, MEC e MJD e fomos também à Internet e estivemos em sintonia sobre os acontecimentos relacionados com o nosso tema através do Jornal Notícias.

3.2. Trabalho de campo

Neste trabalho foram usados dados recolhidos no âmbito do estudo sobre "*as condições de inserção sócio-económica dos jovens moçambicanos em meio urbano: caso da cidade de Maputo*" (2006), realizado pela ONG ESSOR; OIT, em parceria com INEFP e colaboração com Departamento de Sociologia da UEM e financiado pela Embaixada da França; no qual participamos¹⁸ em todo processo da pesquisa. Em resumo apresentamos os procedimentos usados na recolha de dados.

A recolha de dados foi feita nas empresas públicas¹⁹, nomeadamente Transportes Públicos de Moçambique (TPM), Electricidade de Moçambique (EDM), Correios de

¹⁸ No estudo em causa, participamos como encarregados de estudo.

¹⁹ As empresas públicas diferem-se das privadas pelo facto de dependerem do Governo. As despesas destas empresas são subvencionadas pelo Orçamento Geral do Estado.

Moçambique e Televisão de Moçambique (TVM), privadas formais²⁰, tais como Águas de Moçambique, mCel, Auto Lagoa, Vodacom, Amercam British Tabaco, Bombas de gasolina, Pastelarias, Hotéis entre outras empresas e, diversas empresas informais da cidade de Maputo e foram inquiridos jovens trabalhadores que viviam na cidade de Maputo.

Em termos de actores visados, foram entrevistados jovens residentes na cidade de Maputo, com idade compreendida entre 15 a 29 anos: estudantes, trabalhadores, desempregados e inactivos. Nestes jovens, o nosso grupo principal de análise são os jovens trabalhadores nas empresas públicas e privadas do sector de prestação de serviços. As outras categorias (jovens estudantes, trabalhadores das empresas informais, desempregados e inactivos) serão usadas neste trabalho apenas como grupos experimentais²¹. Para o efeito, passamos a especificar as características dos jovens inquiridos e razões da escolha da faixa etária.

3.2.1. Características dos jovens inqueridos

As características da juventude são complexas e diferem-se de país para país. Segundo a OIT (2005), constituem jovens as pessoas que possuem idade de 7 anos a 39 anos. De forma geral as características da juventude variam em função de factores diversos tais como a idade, meio pelo qual os jovens terminam os seus estudos e sua formação inicial, do tempo em que assumem as suas responsabilidades de adultos na colectividade.

De facto os padrões de medição da juventude dependem de contexto para contexto, dos objectivos e de cada instituição. Para a ONU²², por exemplo, são jovens todos indivíduos com idade entre 15 e 24 anos (*idem*). A definição deste parâmetro decorre do facto de a ONU considerar os 15 anos como idade mínima para fazer parte da população activa²³, tal como se considera em Moçambique (INE, 1997).

²⁰ As empresas privadas são todas aquelas que não dependem de nenhuma verba do Governo.

²¹ Grupos experimentais são grupos que servem para medir até que ponto a opinião de um grupo tende a ser geral, ou seja, os grupos experimentais servem para medir as opiniões do grupo alvo.

²² Organização das Nações Unidas (ONU).

²³ População economicamente activa – inclui todas as pessoas independentemente do sexo, que procuram trabalho para a produção de bens e serviços económicos. A produção de bens e serviços inclui toda a produção e processamento de produtos primários seja para o mercado de consumo ou importação (OIT, 1995: 342).

Entretanto, esta medição parece estática pelo facto de não permitir a desagregação dos jovens em diferentes categorias. Assim, procuramos uma medição mais abrangente. Segundo Ariès (1973) e Mead (1970), o que se designa juventude varia consoante os tipos da sociedade. Assim a juventude é uma categoria socialmente construída, re (formulada) em contextos sociais, económicos e políticos particulares e que se sujeita a modificar-se ao longo do tempo (Dicionário de Sociologia, 2002).

Com estas características é possível desagregar a categoria dos jovens em diferentes subcategorias. Deste modo, podemos nos referir a jovens pertencentes às classes médias, jovens operários, jovens estudantes, jovens trabalhadores, jovens solteiros, jovens casados, jovens em contexto urbano, jovens em contexto rural, etc. Assim, referimo-nos a juventude com sentidos diferentes, isto é, reconhecemos a existência de diferentes culturas juvenis (Dicionário de Sociologia, 2002: 219).

Foi neste âmbito que se orientou a definição das diferentes categorias para a recolha dos dados que analisamos para a nossa pesquisa.

3.2.2. Razões de escolha da faixa etária

A escolha da faixa etária dos 15 a 29 anos justifica-se primeiro pela disposição técnica dos dados estatísticos, isto é, os dados existentes a nível internacional (organizações como OIT, OMT) e nacional (INE) apresentam parâmetros definidos em 15-19, 19-24; 24-29 e em diante. Segundo, porque a idade dos 15 anos é considerada como sendo mínima para um indivíduo fazer parte da população activa (Lei do Trabalho, 2000) e a realidade do nosso país mostra que até quase aos 29 anos os jovens estão à procura do primeiro emprego ou mesmo ainda em formação e, por último, porque os dados que nos propomos analisar para consubstanciar a nossa hipótese foram recolhidos na base deste parâmetro²⁴, embora reconhecendo que a lei do trabalho considera, como padrão, os jovens com mínimo de 18 anos de idade para trabalharem nas empresas públicas e privadas.

²⁴ Entretanto, estivemos a par das actuais definições políticas do contexto moçambicano. Mas até a recolha dos dados ainda não havia uma decisão final sobre a faixa etária que corresponde à juventude em Moçambique. Por exemplo, o Relatório do primeiro encontro da juventude em Chokwe (2001) definia parâmetros entre 15 e 24 anos, mas a proposta da política da juventude era entre 15 a 30 anos (2005) e finalmente na aprovação da política em 2006, definiu-se 15 a 35 anos.

3.3. Técnicas de recolha e análise de dados

Para a recolha de dados foram usados métodos qualitativo e quantitativo, baseando-se numa amostra não representativa. Na recolha de dados qualitativos recorreu-se às entrevistas semi-estruturadas (questões abertas e fechadas), que consistem na elaboração de guiões com perguntas prévias sobre o assunto a abordar. As entrevistas foram dirigidas aos Directores dos Recursos Humanos das empresas públicas, privadas formais e informais, associação dos jovens, jovens estudantes, jovens trabalhadores e jovens desempregados. Mas, para esta pesquisa, analisamos as entrevistas dirigidas aos Directores das empresas públicas e privadas formais (numa amostra de 6, dos quais 3 públicas e 3 privadas) e as entrevistas feitas aos jovens, cuja amostra foi de 47, entre os quais 24 estudantes dos diferentes tipos de ensino, 14 jovens trabalhadores em diferentes empresas públicas e privadas e 9 desempregados.

Os dados quantitativos foram recolhidos na base do inquérito (questionário fechado), elaborado em conjunto com a equipa da OIT²⁵. O inquérito foi administrado directamente para os jovens com idade entre 15 e 29 anos de idade. A amostra foi de 542 jovens estratificados em diferentes categorias de jovens, conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1. Categorias dos jovens inquiridos segundo o sexo

Grupos de jovens	Sexo				Total	
	Mulher		Homem		Número	%
	Número	%	Número	%		
Estudantes	91	39.7	123	39.5	214	39.5
Trabalhadores	97	42.4	156	49.8	253	46.7
Desempregados	17	7.4	27	8.6	44	8.1
Inactivos	24	10.5	7	2.2	31	5.7
Total	229	100.0	313	100.0	542	100.0

Fonte: Autor

O processo de recolha de dados contou com o envolvimento de dez estudantes finalistas do curso de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, que dirigiram directamente o inquérito nos locais identificados.

Importa salientar que a amostra de 253 trabalhadores apresentados neste quadro foi agregado em trabalhadores das empresas formais e informais. Para a nossa análise, desagregamos os dados e usamos dados referentes a trabalhadores das empresas públicas

²⁵ A OIT participou neste estudo como supervisor e consultor.

(cuja amostra foi de 13 jovens trabalhadores) e privadas formais (com amostra de 120 jovens trabalhadores), como ilustra o quadro abaixo.

Quadro 2. Faixa etária dos jovens inquiridos segundo o sexo

		Idade do inquirido segundo o sexo			Total
		15-18 ans	19-24 ans	25-29 ans	
Sexo	Feminino	2 3.6% 33.3%	28 50.0% 60.9%	26 46.4% 32.1%	56 100.0% 42.1%
	Homem	4 5.2% 66.7%	18 23.4% 39.1%	55 71.4% 67.9%	77 100.0% 57.9%
Total		6 4.5% 100.0%	46 34.6% 100.0%	81 60.9% 100.0%	133 100.0% 100.0%

Fonte: Autor

Este quadro representa o número total dos jovens trabalhadores das empresas públicas e privadas usados na análise deste trabalho. Optamos por este número e repartição desigual por sexo, devido à imposição dos dados recolhidos nas empresas públicas e privadas formais.

3.4. Fase de análise de dados

Analisamos as entrevistas qualitativas com base nos objectivos traçados e no caso dos dados quantitativos usamos o programa SPSS (Statistic Package for Social Science).

3.5. Dificuldades

A imposição do inquérito sobre os dados recolhidos limitou, de certa forma, a análise, quer em termos de parâmetros de idade estabelecidos, quer em termos de conteúdo (variáveis) imposto. Entretanto, consideramos estas limitações como sendo metodológicas. Devido a esta limitação, a análise dos dados não nos permitirá generalizar os resultados.

IV. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS: PAPEL DA INSTRUÇÃO ESCOLAR NA INSERÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NA CIDADE DE MAPUTO

Neste capítulo analisamos dados recolhidos no campo. Estes dados permitirão confrontar a hipótese levantada anteriormente. Apresentamos os dados em forma de tabelas e gráficos para nos facilitar a leitura das variáveis. Para a leitura dos níveis de instrução escolar agregamos os dados em instrução primária (ensino primário), instrução elementar (educação primária do segundo grau), Ensino Técnico-Profissional (ETP) básico (escola comercial/industrial) e médio (instituto comercial/industrial), Ensino Secundário Geral (ESG) básico (10ª classe) e médio (12ª classe) e ensino superior (bacharelato e licenciatura).

4.1. Inserção profissional dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho

Neste subcapítulo apresentamos as características dos inquiridos, percurso e estratégias de inserção profissional, condições dentro do trabalho e estatuto profissional dos jovens trabalhadores.

4.1.1. Características dos inquiridos: nível de instrução escolar dos jovens trabalhadores

A maior parte dos inquiridos (62.9%) foram jovens com idade entre 25-29 anos, seguidos de 19-24 anos e de idade (32.3%) e entre 15-18 anos (4.8%), como mostra o quadro 3.

Quadro 3. Tipo e nível de instrução dos jovens trabalhadores segundo a idade

Idade do inquirido	Níveis de educação mais elevados terminados segundo a idade do inquirido									Total
	Nenhum	Educação primária	Educação primária do segundo grau	Escola comercial /Industrial	Instituto comercial /Industrial	Educação secundária básica	Educação secundária média	Universidade [+3] bacharelato	Universidade [+4/5] licenciatura	
15-18 anos			4 66.7% 12.5%				2 33.3% 7.7%			6 100.0% 4.8%
19-24 anos	1 2.5% 50.0%		10 25.0% 31.3%		3 7.5% 42.9%	12 30.0% 46.2%	6 15.0% 23.1%	5 12.5% 33.3%	3 7.5% 30.0%	40 100.0% 32.3%
25-29 anos	1 1.3% 50.0%	2 2.6% 100.0%	18 23.1% 56.3%	4 5.1% 100.0%	4 5.1% 57.1%	14 17.9% 53.8%	18 23.1% 69.2%	10 12.8% 66.7%	7 9.0% 70.0%	78 100.0% 62.9%
Total	2 1.6% 100.0%	2 1.6% 100.0%	32 25.8% 100.0%	4 3.2% 100.0%	7 5.6% 100.0%	26 21.0% 100.0%	26 21.0% 100.0%	15 12.1% 100.0%	10 8.1% 100.0%	124 100.0% 100.0%

Fonte: Autor

Do total dos inqueridos, apenas dois jovens trabalhadores não possuem instrução escolar e 2 possuem nível de instrução primária. A maioria (25,8%) dos jovens trabalhadores possui um nível de instrução escolar elementar, seguido do ESG básico e médio (21%) e ensino superior (12,1% dos bacharéis e 8,1% em licenciatura). O ETP básico e médio apresenta-se em 3.2% e 5.6% respectivamente.

Verificamos também que cerca de 30% dos jovens trabalhadores seguiu um curso de formação profissional num centro de formação profissional, com destaque para jovens trabalhadores nível elementar, ESG médio (23.1%) e superior. Para além de falarem e escreverem a língua portuguesa, mais de metade (57%) dos jovens trabalhadores também fala e escreve a língua inglesa. A habilidade de falar e escrever esta língua aumenta à medida que eleva o nível de instrução escolar. Por exemplo, apenas a partir do nível médio (88.5%), seguidos de bacharéis com 80% e licenciados com 70% falam e escrevem a língua inglesa, contra apenas 15.6% do ensino elementar.

Origem geográfica e nível de instrução escolar dos inquiridos

Constatamos que a maior parte (82.7%) dos inquiridos são naturais da cidade de Maputo e os restantes (13.5%) antes de virem à cidade de Maputo, viviam numa outra cidade da província do país e apenas 3% na zona rural e 0.8% num outro país. Em relação ao nível de instrução escolar e a origem, notamos que não existe uma proporção directa entre a instrução escolar e a origem geográfica. Com efeito, verifica-se que 25% dos jovens trabalhadores com ensino médio e superior (bacharelato) vem do meio rural, contra 17.6% (médio) e 11.8% (bacharelato) de uma outra cidade e 20.6% e 11.8% de ensino médio e bacharelato respectivamente da cidade de Maputo. Os que possuem nível de licenciatura, 23.5% vêm de uma outra cidade e 5.9% da cidade de Maputo.

Em relação à habitação dos inquiridos, dados do inquérito mostram que a maior parte (55.7%) dos inquiridos vive no Distrito Urbano nº1 (no centro da cidade de Maputo), seguido do Distrito Urbano, nº3 e 5, com 13% e 12.2% respectivamente. Procuramos também verificar a localização em termos de nível de instrução escolar e notamos que a maior parte dos inquiridos com elevado nível de instrução escolar vive no Distrito

Urbano nº1, nomeadamente 90% dos trabalhadores com nível de licenciatura, 73.3% dos bacharéis, 76.9% do ESG médio contra 71.4% do ETP médio (ver Quadro 4).

Quadro 4. Tipo e nível de instrução escolar segundo a localização dos jovens trabalhadores

Níveis de educação mais elevados: terminado * Endereço de pessoas inquiridas

		Endereço de pessoas inquiridas: distrito					Total
		Distrito nº1	Distrito nº2	Distrito nº3	Distrito nº4	Distrito nº5	
Níveis de educação mais elevados: terminado	Nenhum			1	1		2
				50.0%	50.0%		100.0%
	Educação primária		1				1
			100.0%				100.0%
	Educação primária do segundo grau	7	7	8	3	6	31
		22.6%	22.6%	25.8%	9.7%	19.4%	100.0%
	Escola comercial/indústria	1	2			1	4
		25.0%	50.0%			25.0%	100.0%
	Instituto comercial/indústria	5		1	1		7
		71.4%		14.3%	14.3%		100.0%
	Educação secundária básica	15	2	3	2	4	26
	57.7%	7.7%	11.5%	7.7%	15.4%	100.0%	
Educação secundária média	20		1	4	1	26	
	76.9%		3.8%	15.4%	3.8%	100.0%	
Universidade [+3] bacharelato	11		3	1		15	
	73.3%		20.0%	6.7%		100.0%	
Universidade [+4/5] licenciatura	9	1			1	10	
	90.0%	10.0%			10.0%	100.0%	
Total	68	12	17	12	13	122	
	55.7%	9.8%	13.9%	9.8%	10.7%	100.0%	

Fonte: Autor

No que se refere à posse de um curso de formação profissional, nota-se que são os jovens trabalhadores do Distrito Urbano nº1 (64.3%) que mais seguiram este curso.

Experiência de trabalhos anteriores durante os estudos, antes do emprego actual

Os dados mostram que 45.2% dos inquiridos tinham trabalhado em algum sítio antes de ter o seu emprego actual, com destaque para bacharéis (60%) e licenciados (50%) e ETP médio (57.1%).

Estes dados revelam o facto de que os jovens trabalhadores procuravam ou procuram conciliar a questão profissional e processo de formação. Esta conciliação aumenta à medida que aumenta o nível de instrução escolar. Em relação a este facto, os dados revelam que 65.6% dos inquiridos estudam e trabalham ao mesmo tempo, com maior proporção para os de nível de bacharelato (93.3%), seguidos dos jovens do ETP médio (85.7%) contra 68% do ESG médio.

4.1.2. Percurso de inserção profissional dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho formal da cidade de Maputo

Para medir o percurso de inserção dos jovens trabalhadores procuramos saber o tempo da duração na procura de emprego, número de empregos concorridos e número de entrevistas, e relacionamos estes indicadores com o tipo de formação e o nível de instrução escolar.

4.1.2.1 Percurso de procura do primeiro emprego

O tempo de procura de emprego dos inquiridos foi medido em semanas, meses e anos. O tempo de procura de emprego varia entre um mês a mais de um ano, dependendo do nível de instrução escolar. Os jovens trabalhadores sem ou com instrução primário chegaram a levar mais que um ano para aceder ao emprego. Metade (50%) dos jovens trabalhadores com ETP básico levou 3 a 6 meses contra 15.4% dos jovens trabalhadores que possuem ESG básico. Cerca de 30% dos jovens trabalhadores com ETP médio levou entre uma a 4 semanas contra apenas 8% dos jovens trabalhadores do ESG médio, enquanto que os jovens trabalhadores que têm bacharelato (28.6%) percorreram entre 3 a 6 meses e 40% dos licenciados acederam em menos de uma semana.

Quadro 5. Duração de procura de emprego segundo o nível o tipo e nível de instrução escolar

Níveis de educação mais elevados: terminado e duração de procura de emprego emprego actual

	Durante quanto tempo esteve disponível a procura de emprego antes de ter o seu emprego actual						Total
	Menos de uma semana	1-4 semanas	1-2 meses	3-6 meses	6 meses - 1 ano	Mais de um ano	
Nenhum				1 50.0%		1 50.0%	2 100.0%
Ensino primária				1 60.0%		1 50.0%	2 100.0%
Ensino primária do segundo grau	2 6.7%	2 6.7%	6 18.7%	8 26.7%	7 23.3%	6 20.0%	30 100.0%
Escola comercial/Industrial			1 25.0%	2 50.0%	1 25.0%		4 100.0%
Instituto comercial/Industrial	1 16.7%	2 33.3%		1 16.7%		2 33.3%	6 100.0%
Ensino secundária básica	4 15.4%	3 11.5%	3 11.5%	4 15.4%	4 15.4%	8 30.8%	28 100.0%
Ensino secundária média	1 4.0%	2 8.0%	3 12.0%	6 20.0%	5 20.0%	9 36.0%	25 100.0%
Bacharelato	3 21.4%	1 7.1%	1 7.1%	4 28.6%	1 7.1%	4 28.8%	14 100.0%
Licenciatura	1 20.0%	1 20.0%	1 20.0%	1 20.0%	1 20.0%	5 100.0%	6 100.0%
Total	16 12.6%	11 8.2%	13 10.9%	29 24.4%	18 15.1%	33 27.7%	110 100.0%

Fonte: Autor

Como revelam os dados do quadro anterior, os jovens trabalhadores com ETP tendem a levar menos tempo em relação aos seus colegas que possuem ESG com o mesmo nível de instrução para acederem ao primeiro emprego.

Um curso de formação profissional num centro de formação profissional não influencia o tempo de procura de emprego, pois a maior parte (80%) dos trabalhadores que não fez esta formação acedeu ao primeiro emprego em menos de uma semana, embora haja certas oscilações. O quadro 6 mostra que 20% dos trabalhadores que fizeram a formação profissional levaram uma semana contra 80% dos que não seguiram o curso.

Esta tendência de desvantagem dos jovens trabalhadores que fizeram o curso de formação profissional pode ser explicada pela fraqueza dos dados referente a este grupo e pelo facto de os jovens trabalhadores recorrerem a outros mecanismos diferentes do nível de instrução e habilidades profissionais para acederem ao seu primeiro emprego.

Quadro 6. Tempo de procura de emprego segundo a posse ou não do curso de formação profissional

Durante quanto tempo estava disponível a procura de emprego antes de ter o seu emprego actual * Curso de formação profissional numa instituição privada
Crosstabulation

		Curso de formação profissional numa instituição privada		Total
		Sim	Não	
Durante quanto tempo estava disponível a procura de emprego antes de ter o seu emprego actual	Menos de uma semana	1 20.0%	4 80.0%	5 100.0%
	1-4 semanas	3 37.5%	5 62.5%	8 100.0%
	1-2 meses	6 66.7%	3 33.3%	9 100.0%
	3-6 meses	2 25.0%	6 75.0%	8 100.0%
	6 meses - 1 ano	1 14.3%	6 85.7%	7 100.0%
	Mais de um ano	1 10.0%	9 90.0%	10 100.0%
	Total	14 29.8%	33 70.2%	47 100.0%

Fonte: Autor

4.1.2.2. Relação entre número de candidaturas feitas durante a procura de emprego e nível de instrução escolar

As candidaturas feitas pelos trabalhadores no percurso da procura de seu emprego actual variam entre nenhuma e 5 candidatura, dependendo do nível da instrução escolar. Com efeito, os 2 trabalhadores sem instrução e um terço que possui instrução elementar não fizeram nenhuma candidatura. Cerca de 30% dos jovens trabalhadores que possui ETP médio fizeram uma candidatura contra 60% dos jovens trabalhadores com ESG médio, enquanto que 50% dos bacharéis fizeram entre uma a duas candidaturas, contra metade dos licenciados (50%) que para ter o seu emprego actual fez uma candidatura. Mais de metade (55.6%) dos jovens trabalhadores que fez um curso de formação profissional concorreu entre 2 a 5 candidaturas, contra 47.4% dos que não se beneficiaram deste curso.

4.1.2.3. Número de empregos concorridos durante a procura do emprego actual

O número de empregos concorridos varia entre nenhum a mais de 20 empregos, dependendo do nível de instrução. Quanto menor for o nível de instrução escolar maior é o número de empregos que tendem a ser concorridos. Assim, os jovens trabalhadores que possuem instrução elementar, ESG básico e ETP básico concorreram entre um a 10 empregos, com maior destaque para 73.3% dos jovens trabalhadores que possuem ESG básico. Entretanto, os jovens trabalhadores com o ESG médio (53.8%) concorreram a mais empregos, contra 20% dos jovens trabalhadores com ETP médio.

4.1.2.4. Número de entrevistas prestadas para ter emprego actual segundo o nível de instrução escolar

Resultados do inquérito mostram que quanto maior for o nível de instrução menor é o número de entrevistas que o jovem tende a prestar. Entretanto a variação não é linear. Oscila segundo nível de instrução escolar. O quadro 7, mostra que 43.1% dos inquiridos não prestaram nenhuma entrevista para aceder ao emprego, de entre os quais 60% com nível médio do ETP contra 16.7% dos que possuem ESG médio, 71.4% com instrução elementar, 14% dos bacharéis e 50% dos licenciados. Em relação aos jovens

trabalhadores que fizeram um curso de formação profissional, mais de metade (66.7%) prestaram entre 2 a 5 entrevistas, contra 31.6% dos que não fizeram este curso.

Quadro 7. Número de entrevistas prestadas segundo o tipo e nível de instrução escolar

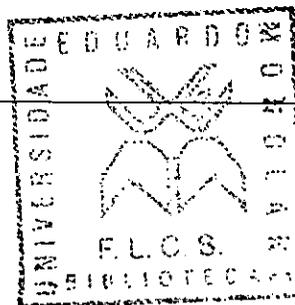
Níveis de educação mais elevados: terminado * Quantas entrevista prestadas

		Quantas entrevista foi submetida			Total
		Nenhuma entrevista	Um emprego (entrevista)	2-5 empregos (entrevistas)	
Níveis de educação mais elevados: terminado	Educação primária	2 100.0%			2 100.0%
	Educação primária do segundo grau	9 75.0%	1 8.3%	2 16.7%	12 100.0%
	Escola comercial/Industrial			1 100.0%	1 100.0%
	Instituto comercial/Industrial	3 60.0%		2 40.0%	5 100.0%
	Educação secundária básica	6 42.9%	1 7.1%	7 50.0%	14 100.0%
	Educação secundária média	2 16.7%	3 25.0%	7 58.3%	12 100.0%
	Universidade [+3] bacharelato	1 4.0%	2 28.6%	2 28.6%	5 100.0%
	Universidade [+4/5] licenciatura	2 40.0%		3 60.0%	5 100.0%
	Total	25 43.1%	7 12.1%	24 41.4%	56 100.0%

Fonte: Autor

4.1.2.5. Percurso de acesso ao emprego actual e condições do tipo de emprego procurado

O tipo de emprego procurado pode ser influenciado pelo nível de instrução dos jovens e este facto pode influenciar o tempo de percurso de procura de emprego. O quadro 8 mostra as condições de tipo de emprego que os jovens trabalhadores estavam disponível a aceitar. Os que não têm instrução escolar ou têm instrução elementar estavam dispostos a aceitar "qualquer emprego desde que fosse estável e bem pago". Mas outros jovens trabalhadores (47.1%) estavam disposto a aceitar qualquer emprego que fosse bem pago, estável e que correspondesse ao seu nível de qualificação. De entre estes, destacam os de ensino superior, com 57.1% para bacharéis e 60% para licenciados. Constatamos que à medida que o nível baixa, a exigência ou preferência de emprego destas condições diminuía.



Notamos também que todos os jovens trabalhadores (100%) com instrução do ETP procuram *qualquer emprego bem pago, estável e que corresponda ao seu nível de qualificação*, contra apenas 38.5% dos seus colegas com ESG médio, enquanto apenas 28.6% dos jovens trabalhadores que fizeram um curso de formação profissional estavam dispostos a aceitar este tipo de emprego.

Esta discrepância de preferência parece legítima pelo facto de os jovens com instrução do ETP, no seu processo de ensino e aprendizagem adquirirem conhecimentos que lhes confere uma profissão, enquanto que os seus colegas do ESG não têm a mesma oportunidade.

Quadro 8. Condições do tipo de emprego procurado segundo o nível e tipo de instrução escolar

Tipo de emprego procurado segundo níveis de instrução

		Estava disponível a ...					Total
		Aceitar qualquer emprego, sem se importar com as condições d	Aceitar qualquer emprego desde que seja estável	Aceitar qualquer emprego que para si seja bem pago	Aceitar qualquer emprego que corresponda ao seu nível de qua	Aceitar qualquer emprego que para si seja estável, bem pago	
Níveis de educação mais elevados: terminado	Nenhum		1 50.0% 5.6%	1 50.0% 3.6%			2 100.0% 1.7%
	Educação primária			2 100.0% 7.1%			2 100.0% 1.7%
	Educação primária do segundo grau		3 9.4% 16.7%	11 34.4% 39.3%	7 21.9% 43.8%	11 34.4% 19.3%	32 100.0% 26.4%
	Escola comercial/industrial		1 25.0% 5.6%		1 25.0% 6.3%	2 50.0% 3.5%	4 100.0% 3.3%
	Instituto comercial/industrial					6 100.0% 10.5%	6 100.0% 5.0%
	Educação secundária básica		5 20.0% 27.8%	5 20.0% 17.9%	1 4.0% 6.3%	14 56.0% 24.6%	25 100.0% 20.7%
	Educação secundária média		4 15.4% 22.2%	8 30.8% 28.6%	4 15.4% 25.0%	10 38.5% 17.5%	26 100.0% 21.5%
	Universidade [+3] bacharelato	1 7.1% 50.0%	2 14.3% 11.1%	1 7.1% 3.6%	2 14.3% 12.5%	8 57.1% 14.0%	14 100.0% 11.8%
	Universidade [+4/5] licenciatura	1 10.0% 50.0%	2 20.0% 11.1%		1 10.0% 6.3%	6 60.0% 10.5%	10 100.0% 8.3%
	Total		2 1.7% 100.0%	18 14.9% 100.0%	28 23.1% 100.0%	16 13.2% 100.0%	57 47.1% 100.0%

Fonte: Autor

As condições do tipo de emprego procurado influenciam o tempo de acesso ao emprego. Desta forma, 84.6% dos jovens trabalhadores que *aceitam qualquer emprego que para eles seja bem pago* acederam ao seu emprego em menos de uma semana. Em termos de

número de empregos concorridos, os que procuravam este tipo de emprego concorreram entre nenhuma candidatura (9.1%), um emprego (27.3%) e entre 2 a 5 empregos (54.5%) e 75% destes não prestaram nenhuma entrevista para ter o seu emprego actual. Este grupo de jovens trabalhadores acedeu mais facilmente ao mercado de trabalho em relação aos jovens trabalhadores que procuravam *qualquer emprego que corresponda ao seu nível de qualificação*. Com efeito, neste grupo apenas 7.7% conseguiu emprego em menos de uma semana, 31.6% entre 6 meses a um ano e 26.3% mais de um ano. Metade deste grupo (50%) prestou entre 2 a 5 entrevistas.

Uma análise preliminar mostra que a instrução escolar favorece a inserção profissional dos jovens no mercado de trabalho, principalmente no acesso ao primeiro emprego. Os dados apresentados até aqui confirmam claramente que quanto maior for o nível de instrução escolar, maior é a facilidade de aceder ao primeiro emprego. Entretanto, a ocupação de vagas vacantes no mercado de trabalho não é feita por simples distribuição como refere Illich (1973), citado por Giddens (2000:501) mas através de concorrência, num percurso em que para além da instrução escolar, envolve as entrevistas profissionais que ditam a decisão final de acesso ao emprego.

O percurso de acesso ao primeiro emprego é mais longo para os jovens trabalhadores sem nenhum nível de instrução escolar ou instrução elementar. O tipo de ensino influencia o acesso ao emprego. Os jovens com ETP acederam em menos tempo ao primeiro emprego que os seus colegas do ESG. Porém, há que ter em conta que o percurso é influenciado pelas condições do tipo de emprego desejado.

4.2. Profissão e estatuto profissional dos jovens trabalhadores

Neste subcapítulo procuramos analisar que tipos de actividades, local de trabalho, tipo de contracto, nível de salário, horas de trabalho e o estatuto profissional ocupado pelos jovens trabalhadores. Procuramos também relacionar estas variáveis com o tipo e nível de instrução escolar dos jovens.

4.2.1. Domínio de actividades dos jovens trabalhadores

A maior parte (15%) dos inquiridos exerce as suas actividades nas áreas de relações públicas e comércio, seguidos de informática avançada (9.2%), áreas de hotelaria (7.5%) e mecânica (3.3%) educação, engenharia electricidade, direito (2.5%) e ciências, literatura/arte, serviços e saúde (0.8%). Neste propósito, não procuramos estabelecer nenhum padrão entre tipo de actividade e idade dos trabalhadores, mas ver quais as áreas que tendem a ser mais acessíveis para os jovens acederem ao seu primeiro emprego.

Entretanto, procuramos analisar com que níveis de instrução escolar, os jovens acedem a estas actividades. Dados do inquérito mostram que a maior parte (19.4%) dos jovens trabalhadores com instrução elementar encontram-se nas áreas de mecânica e hotelaria, os jovens com ETP básico (25%) e médio (42.9%), ESG médio (29.2%) tendem a estar nas áreas de comércio, contabilidade e relações públicas. Salienta-se que 14.3% dos trabalhadores com nível médio técnico-profissional exercem as actividades de mecânica. A maior parte (36.4%) dos trabalhadores com nível elementar e ensino secundário básico está no comércio. Para os trabalhadores que possuem bacharelato, a maior parte (33.3%) está nas relações públicas e contabilidade e os licenciados nas áreas de direito (30%), informática avançada e relações públicas (20%), e 10% na literatura e arte.

Partindo de princípio de que nem todos os tipos de ensino (o caso do ensino secundário geral) oferecem habilidades e competências para o exercício de determinadas funções específicas como contabilidade, informática, entre outras, procuramos analisar como é que os jovens trabalhadores aprenderam o exercício das suas actividades. Notamos que mais de metade dos jovens com ensino secundário geral fez uma formação profissional, sendo 53.8% dos trabalhadores com nível médio, 26.9% com ensino básico e 21.9% com nível elementar. Entretanto, a aquisição de uma formação profissional não é apenas feita pelos jovens deste tipo de ensino, mas também pelos trabalhadores com nível básico (29.6%) e médio (57.1%) do ensino técnico-profissional e, trabalhadores com ensino superior (40% dos bacharéis e licenciados).

Notamos que apenas 28.6% dos trabalhadores fizeram um curso de formação profissional referente a sua área de actividade, nomeadamente 40% para o comércio, 33.3% na

engenheira, 44.4% informática avançada, 25% na mecânica, 23% na contabilidade e gestão, 50% restaurante e hotelaria e 16.7% nas relações públicas.

Estes dados revelam o facto de que existem alguns jovens trabalhadores que para exercerem as suas actividades não precisaram de uma formação específica complementar. Fazem parte deste grupo, os jovens com ETP e ensino superior. Mas também, há que ter em conta aqueles que acederam ao emprego com um certo nível, mas sem formação específica e foram aprendendo ao longo do seu trabalho na empresa, como mostra este caso.

"Entre sem saber nada... fui aprendendo no dia na empresa". Francisco. Trabalhador dos TPM.

4.2.2. Relação entre nível de instrução e local de trabalho dos jovens trabalhadores

Os dados estatísticos revelam que quanto maior for o nível de instrução escolar, maior é a possibilidade de trabalhar num local fixo, como escritório ou gabinete. Por exemplo, 100% dos jovens trabalhadores que possuem nível médio do ETP, contra 80% de ESG básica e 96% de ESG média e todos os trabalhadores com ensino superior trabalham num escritório, contra apenas 25% dos trabalhadores com nível de instrução elementar e básico do ETP que trabalham num posto fixo improvisado na via pública.

4.2.3 Relação entre nível de instrução escolar e tipo de contrato de trabalho

O tipo de contrato depende do nível de instrução dos trabalhadores. Dados do quadro 9, mostram que quanto maior for o nível de instrução maior é a possibilidade de ter um emprego seguro com um contrato escrito e indeterminado. Ora, metade (50%) dos jovens trabalhadores sem nível de instrução e todos com instrução primária não têm contrato ou têm contrato verbal e, apenas 33,3% dos jovens trabalhadores com nível elementar têm um contrato escrito a menos de um ano. Os que têm contrato escrito e indeterminado são os jovens trabalhadores com nível médio do ensino técnico-profissional (57.1%), trabalhadores com nível básico do ESG (50%) e médio (75%) e trabalhadores com nível superior (86,7% dos bacharéis e 55% dos licenciados).

Quadro 9. Tipo de contrato segundo o tipo e nível de instrução escolar

Tipo de contrato na actividade principal segundo o nível de educação mais elevado terminado

		Tipo de contrato (Actividade principal)					Total	
		Sem contrato	Verbal, mensal, anual ou indeterminado	Escrito a uma duração determinada – menos de um mês	Escrito, a uma duração determinada – entre um 12 meses	Escrito a uma duração superior a um ano		Escrito, a uma duração de indeterminada
Níveis de educação mais elevados: terminados	Nenhum	1 50.0% 5.6%	1 50.0% 6.3%					2 100.0% 1.7%
	Educação primária	2 100.0% 11.1%						2 100.0% 1.7%
	Educação primária do segundo grau	7 22.6% 38.9%	8 25.8% 50.0%			5 16.1% 50.0%	11 35.5% 16.7%	31 100.0% 25.8%
	Escola comercial/Industrial		1 33.3% 6.3%		1 33.3% 12.5%		1 33.3% 1.5%	3 100.0% 2.5%
	Instituto comercial/Industrial	1 14.3% 5.6%			2 28.6% 25.0%		4 57.1% 6.1%	7 100.0% 5.8%
	Educação secundária básica	5 19.2% 27.8%	4 15.4% 25.0%		2 7.7% 25.0%	2 7.7% 20.0%	13 50.0% 19.7%	28 100.0% 21.7%
	Educação secundária média	1 4.2% 5.6%	1 4.2% 6.3%		1 4.2% 12.5%	3 12.5% 30.0%	18 75.0% 27.3%	24 100.0% 20.0%
	Universidade (+3) bacharelato			1 6.7% 50.0%	1 6.7% 12.5%		13 86.7% 19.7%	15 100.0% 12.5%
	Universidade (+4/5) licenciatura	1 10.0% 5.6%	1 10.0% 6.3%	1 10.0% 50.0%	1 10.0% 12.5%		6 60.0% 9.1%	10 100.0% 8.3%
	Total	18 15.0% 100.0%	16 13.3% 100.0%	2 1.7% 100.0%	8 6.7% 100.0%	10 8.3% 100.0%	68 55.0% 100.0%	120 100.0% 100.0%

Fonte: Autor

4.2.4. Relação entre nível de instrução escolar e nível de salário

O emprego é o trabalho considerado como um conjunto articulado de lugares aos quais se associam vantagens e como grelhas de distribuição dos rendimentos (Media, 1999:141). Neste sentido, o emprego estrutura a posição profissional dos jovens no mercado de trabalho. Porém, esta estruturação está ligada ao nível de instrução escolar. Com efeito, quando maior for o nível de instrução escolar que um jovem trabalhador tiver, maior é o montante de salário que ele recebe. Exemplo disso, o quadro 10 revela que os trabalhadores sem instrução ou com instrução elementar, ESG básico recebem entre menos de um milhão e cinco milhões. Mas os trabalhadores com nível básico do ETP recebem entre 2 a 10 milhões de meticais. Os jovens trabalhadores do ETP médio recebem entre 2 a 5 milhões (33.3%), entre 5 a 10 milhões (33.3%) e mais de 10 milhões de meticais (33.3%), contra os jovens trabalhadores do ESG médio (35%) que recebem entre 2 a 5 milhões de meticais. Entretanto, os trabalhadores com nível universitário oscilam entre 5 a mais de 10 milhões de meticais, sendo 38.5% (5 a 10 milhões) e 46.2%

(10 milhões e mais) para bacharéis e a maioria dos trabalhadores (75%) com nível de licenciatura recebem mais de 10 milhões de meticais por mês.

Há uma evidência clara sobre a vantagem dos jovens trabalhadores que possuem ETP. Estes jovens beneficiam-se de elevado rendimento em relação aos seus colegas do ESG, apesar de possuírem o mesmo nível de instrução escolar.

Quadro 10. Nível de salário mensal individual segundo o tipo e nível de instrução escolar

Níveis de educação mais elevados: terminado * Classes de salario total individual - actividade principal em meticais por mes

	Salario individual em meticais por mes					Total
	Menos de 1,200,000	1,200,000-2,000,000	2,000,000-5,000,000	5,000,000-10,000,000	Mais de 10,000,000 Meticais por mes	
Nenhum	1 50.0%	1 50.0%				2 100.0%
Educação primária	1 50.0%	1 50.0%				2 100.0%
Educação primária do segundo grau	6 20.7%	10 34.5%	8 27.6%	1 3.4%		29 100.0%
Escola comercial/industrial			1 25.0%	2 50.0%		4 100.0%
Instituto comercial/Industrial			1 33.3%	1 33.3%	1 33.3%	3 100.0%
Educação secundária básica	1 5.0%	7 35.0%	6 30.0%	2 10.0%	1 5.0%	20 100.0%
Educação secundária média		2 10.0%	7 35.0%	5 25.0%	4 20.0%	20 100.0%
Universidade [+3] bacharelato			2 15.4%	5 38.5%	6 46.2%	13 100.0%
Universidade [+4/5] licenciatura				1 12.5%	6 75.0%	8 100.0%
Total	9 8.9%	21 20.8%	25 24.8%	17 16.8%	18 17.8%	101 100.0%

Fonte: Autor

Procuramos também ver se o curso de formação profissional influenciava o nível de salário e constatamos que este curso não influencia o nível de salário recebido por mês. Ter um nível de instrução escolar e fazer um curso de formação profissional não altera o nível de salário. Dados mostram que os jovens trabalhadores que fizeram um curso de formação profissional, mas com baixo nível do ESG e ETP, têm baixo nível de salário. Com efeito, 41.7% recebem entre 5 a 10 milhões de meticais contra 68.4% dos que não fizeram um curso de formação profissional. É no grupo dos que não fizeram nenhuma formação profissional que se localiza 38.5% dos trabalhadores que recebem mais de 10 milhões de meticais por mês.

4.2.5. Nível de instrução escolar e horas de trabalho dos jovens trabalhadores

O nível de instrução influencia o tempo de trabalho. O tempo da jornada de trabalho reduz à medida que o nível de instrução escolar aumenta. Nota-se que metade (50%) dos jovens trabalhadores com instrução primária trabalha 50 a 70 horas por semana. Entretanto, todos (100%) os trabalhadores com nível básico do ETP contra apenas 25% dos trabalhadores com nível básico e médio (34.8%) do ESG trabalham 40 horas de trabalho por semana, enquanto que 57,1% dos trabalhadores com nível médio do ETP trabalham 40 horas por semana. Os jovens trabalhadores com o ensino superior (bacharéis) 14,3% trabalham entre 25 e 40 horas por semana e os licenciados trabalham entre 20 a 50 horas por semana. Esta revelação não é exclusiva. Dados do IAF (2003) mostram que quanto maior for o nível de instrução escolar, menor é o número de horas de trabalho que os indivíduos tendem a trabalhar.

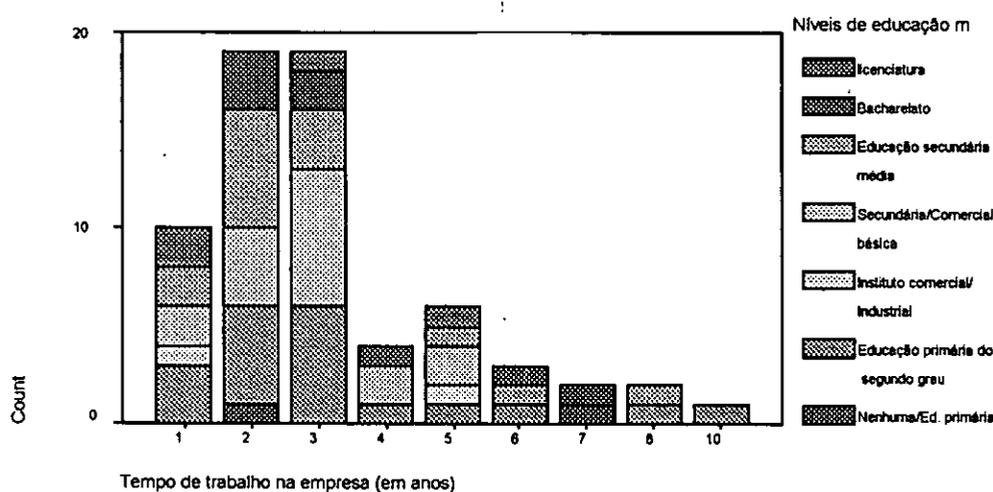
4.2.6. Relação entre nível de instrução escolar e posição profissional no emprego

Segundo Freire (1993:309), os níveis de formação (ensino primário, básico, médio e superior) adquiridos pelos indivíduos durante a sua passagem pela escola são imediatamente transferidos para o sistema de emprego enquanto níveis de *qualificação profissional* de trabalhador e condicionam fortemente sobre a sua carreira profissional e sobre a sua localização na estrutura social (riqueza, prestígio, poder, etc). De facto, verificamos que as posições profissionais que ocupam os jovens trabalhadores tende a equivaler ao seu nível de instrução escolar. Da classificação imposta no inquérito, notamos que o nível de instrução determina a posição profissional dos jovens. A maior parte dos jovens trabalhadores (66.7%) com nível de instrução elementar são operários ou empregados. Os técnicos básicos e médios correspondem aqueles que possuem nível de instrução básica e média e os quadros superiores N2 e N1 aos jovens trabalhadores que possuem nível superior (bacharelato e licenciatura) respectivamente.

Procuramos também medir a posição ocupada pelos jovens trabalhadores em termos de chefe e não chefe. Mas constatamos que de todos inquiridos nenhum jovem trabalhador ocupa um cargo de chefia.

A razão pela qual nenhum jovem trabalhador inquirido ocupa um cargo de chefia pode estar relacionada com a falta de experiência no seu actual emprego. Como mostra o gráfico 1, a maior parte dos jovens trabalhadores tem entre 2 e 3 anos de trabalho na empresa.

Gráfico 1. Tempo de trabalho na empresa segundo o tipo e nível de instrução escolar



Fonte: Autor

Entretanto, esta razão de falta de experiência para assumir um cargo de chefia é apenas o mais observável. É possível que haja outros factores que influenciam a tomada de cargo de chefia, tais como a falta de confiança, credibilidade por parte do empregador relacionado ao facto de muitos jovens serem considerados irresponsáveis.

"No país há degradação da moral, nível de responsabilidade. Os jovens não demonstram responsabilidade e não têm estabilidade emocional no trabalho" Director dos Recursos Humanos dos TPM.

Neste subcapítulo, os dados mostram que a instrução escolar é indiscutivelmente importante para o acesso à profissão e ao estatuto profissional. Mas o facto de ter elevado nível de instrução escolar não implica o acesso a qualquer tipo de actividade. O acesso às actividades depende da formação profissional adquirida. Notamos que existe forte correlação entre o nível de instrução escolar e o estatuto profissional, tipo de contracto, horas de trabalho e nível de rendimento. Portanto, quanto maior for o nível de instrução

escolar, melhor é a posição profissional que se pode adquirir e maior é o nível de rendimento que auferem num emprego com contrato indeterminado e jornada de trabalho normal (8 horas/dia).

No entanto, se o nível de instrução escolar determina a posição profissional, o mesmo não acontece em relação à posição de chefia. Estes dados tendem a confirmar em parte, a ideia dos teóricos da sociologia da educação (Boudon, 1981:5) de que a instrução escolar é um investimento cujos resultados são elevados quanto maior for o investimento e importância da formação. Nota-se também que confirma-se a ideia de Boudon (Haralambos & Holborn, 1992), segundo a qual a escolha de cursos e a duração é racional. Com efeito, os jovens trabalhadores com nível médio do ETP recebem mais (33.3% dos trabalhadores recebem mais de dez milhões) em relação aos seus colegas com nível médio do ESG (apenas 5% recebe mais de dez milhões de meticais). E os jovens trabalhadores com ensino superior recebem muito mais do que todos os outros jovens trabalhadores.

4.3. Inserção social dos jovens trabalhadores no Mercado de Trabalho

Neste subcapítulo, apresentamos e analisamos dados referentes à inserção social dos jovens trabalhadores. Para medir esta variável dividimos em duas partes: a primeira referente ao processo de inserção social dentro da empresa, concretamente aspectos ligados a direitos e prestações que a empresa oferece, transporte, refeição, férias anuais e de doença remuneradas e formação profissional. A segunda referente à independência dos jovens trabalhadores em relação à habitação e localização e procuramos verificar se há ou não alguma relação com o tipo, nível de instrução escolar e o nível de salário.

Como refere Media (1999:141), o emprego é um trabalho assalariado em que o salário não é apenas a restrita contrapartida da prestação do trabalho, mas também o canal de acesso dos assalariados à formação, à segurança e aos bens sociais. É neste sentido que procuramos verificar até que ponto se constata esta contrapartida do trabalhador.

4.3.1. Direitos e prestações auferidas na empresa pelos jovens trabalhadores

Em termos dos direitos oferecidos pelas empresas, verifica-se que nem todos os jovens trabalhadores têm os mesmos direitos e prestações. O nível de instrução escolar influencia o direito e prestação do mesmo. No que diz respeito ao benefício material relativo ao transporte e alojamento, apenas 40% tem direito a esta regalia, entretanto, apenas 21% recebe este direito. Destes beneficiários, 40% a 42% corresponde aos trabalhadores que possuem o nível de bacharelato e licenciatura. Os que não têm nenhum nível de instrução não têm direito a este benefício. O mesmo acontece em relação a refeições gratuitas ou subvencionadas. Apenas 37.5% tem este direito, dos quais a maior parte é auferida pelos trabalhadores que possuem o nível médio e superior (42.3%). Deste direito apenas 3.14% recebe esta prestação sendo na sua maioria os trabalhadores que possuem elevado nível de instrução escolar.

Em relação a férias anuais e de doença remuneradas, verifica-se que 61.5% e 54.4% têm este direito, mas com maior destaque para os trabalhadores que possuem nível de instrução elevado. Exemplo disso, 86.7% e 90% dos trabalhadores que possuem ensino superior (bacharelato/licenciatura) têm direito a férias anuais remuneradas e dos 49.2% que recebem esta prestação, metade possui ensino superior. Igualmente, do total dos 24.4% trabalhadores que têm direito de reforma e pensão, a maioria (80%) destina-se aos trabalhadores com nível superior.

No concernente ao direito de formação profissional contínua na empresa, apenas 27.3% declaram ter este direito, com destaque para nível médio (46.2%) e superior, 50% dos bacharéis e 20% dos licenciados. Neste direito receberam formação 24%, com maior prioridade para nível médio do ETP, com 42.9%, 50% para bacharéis, 38.5% para ESG médio e 30% dos licenciados.

4.3.2. No âmbito social: Posse individual de bens sociais

Quanto à posse de habitação, nota-se que apenas 13.5% possuem habitação independente e 60.2% vive em casa dos pais/parentes ou família e 15.8% em casa de aluguer. Em relação à posse de habitação e nível de instrução escolar notamos que metade (50%) dos

que não possuem nenhum nível de instrução escolar e ETP básico, 18.8% com instrução elementar e 15.4% com nível básico do ESG têm habitação independente (própria), contra 73.3% com bacharelato, 40% de licenciados e 71.4% do ETP médio que vivem ainda com os seus pais. Verifica-se que o nível de instrução não influencia a posse de habitação.

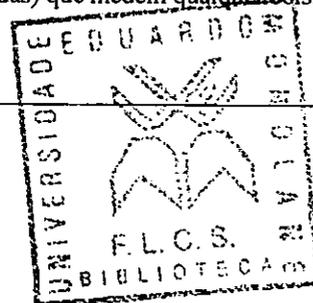
Este facto levou-nos a recorrer ao nível de salário e localização da habitação. Em termos de nível de salário nota-se também que o facto de ter elevado nível de rendimento não implica automaticamente ter uma habitação. Ora, Os jovens trabalhadores que possuem habitação, o seu nível de salário variam entre 1 a 2 milhões (35.3%), 2 a 5 milhões (23.5%) e menos de um milhão (5.9%). Este facto pode estar relacionado com o tipo de habitação e sua localização. Com efeito, 33.3% dos que possuem habitação independente vivem no distrito urbano nº5, numa habitação feita de blocos e chapas de zinco.

A questão de inserção social é pouco complexa para o nosso nível de análise. Os resultados apresentados mostram que a instrução escolar assegura a inserção social na empresa, em termos de direitos e prestações, mas o salário auferido não permite aos jovens ter posse de um bem social durável como habitação, carro pessoal, entre outros. Este facto pode estar relacionado com o nível de despesa e estilo de vida de cada jovem trabalhador. Com efeito, dados do inquérito aos agregados familiares (IAF, 2003) mostram que a despesa de agregado familiar é maior em meio urbano, particularmente na cidade de Maputo, onde os gastos destinam-se mais à alimentação, transporte e comunicações.

4.3.3. Satisfação pelo trabalho no primeiro emprego

A satisfação pelo trabalho é uma variável latente²⁶ do questionário, cuja medição foi com base nos indicadores de probabilidade de mudança de emprego razões e motivações para mudar o emprego actual. Relacionamos estes indicadores com o tipo e nível de instrução escolar dos jovens trabalhadores. O quadro 11 mostra o nível de satisfação dos jovens

²⁶ É uma variável que não pode ser observada nem medida directamente, mas pode ser definida a partir de um conjunto de outras variáveis (possíveis de ser observadas ou medidas) que medem qualquer coisa em comum (Richardson, 1999)



trabalhadores pelo trabalho actual. Os dados deste quadro mostram que quando maior for o nível de instrução escolar, maior é a satisfação do trabalho que os jovens exercem. No entanto, o tipo de ensino influencia o nível de satisfação. Os jovens trabalhadores do ETP estão mais satisfeitos do que seus colegas do ESG. Desta forma, apenas 5.7% dos jovens trabalhadores está muito satisfeito, contra 32.3% dos descontentes. A maioria, 58.5% está satisfeita com o trabalho actual, destacando 86.7% dos jovens com bacharelato, 100% com nível médio do ETP, contra 61.5% do nível médio do ESG e 70% dos licenciados.

Quadro 11. Satisfação no trabalho segundo o tipo e nível de instrução escolar

Níveis de educação mais elevados terminados * Satisfação do teu trabalho principal?

		Qual é a satisfação do teu trabalho principal?				Total
		Muito satisfeito	Satisfeito	Descontente	Muito descontente	
Níveis de educação mais elevados terminados	Nenhum			2 100.0%		2 100.0%
	Educação primária		1 50.0%	1 50.0%		2 100.0%
	Educação primária do	4 12.5%	18 58.3%	9 28.1%	1 3.1%	32 100.0%
	Escola comercial/industri		3 75.0%	1 25.0%		4 100.0%
	Instituto comercial/industri		6 100.0%			6 100.0%
	Educação secundária básica	1 3.8%	8 30.8%	15 57.7%	2 7.7%	26 100.0%
	Educação secundária média		16 81.5%	9 34.6%	1 3.8%	26 100.0%
	Universidade [+3] bacharelato	1 8.7%	13 86.7%	1 6.7%		15 100.0%
	Universidade [+4/5] licenciatura	1 10.0%	7 70.0%	2 20.0%		10 100.0%
	Total	7 5.7%	72 58.5%	40 32.5%	4 3.3%	123 100.0%

Fonte: Autor

"Trabalho é trabalho, não importa... não interessa se gosta, se está satisfeito ou não"
Francisco, 12ª classe, trabalhador dos TPM.

Embora a maior parte dos jovens trabalhadores esteja satisfeito pelo trabalho, a fraqueza da resposta "muito satisfeito" é significativo e tem certas implicações. Com efeito, verificamos que os jovens trabalhadores não realizam apenas uma actividade. Cerca de 10% dos jovens trabalhadores possuem uma actividade secundária, sendo com maior destaque para um terço dos trabalhadores com nível superior de bacharelato. Entretanto, nesta segunda actividade, os jovens trabalhadores não têm contracto.

A ser confirmado pelos factos, a maior partes (58.2%) dos trabalhadores está disponíveis a trabalhar mais horas do que as actuais. Esta disponibilidade depende do nível de instrução escolar, embora com certas oscilações. Quanto menor for o nível, maior é a disponibilidade de trabalhar mais. Por exemplo, todos (100%) aqueles que possuem nível elementar estão disponíveis a trabalhar mais; 75% dos jovens trabalhadores com ETP básico e 71.4% para ETP médio contra 65% e 48% para nível básico e médio do ESG respectivamente; 60% para licenciatura, 57.1% para bacharéis.

A necessidade de trabalhar mais faz com que a maioria (57.8%) esteja disponível a procurar outros empregos do que os actuais. Os jovens trabalhadores que estão disponíveis a procurar mais empregos são, na sua maioria aqueles que possuem nível médio do ETP (83.3%), seguidos de nível básico do ESG (80%), nível elementar (60%) e em menor proporção (40%) para os jovens trabalhadores com nível superior.

A procura de mais emprego e mais horas de trabalho que os empregos actuais tem como motivo, a procura de remuneração mais elevada que a actual. Este aspecto é apontado por 71.4% dos inquiridos, dos quais 100% são jovens trabalhadores com instrução primária, 83.3% para licenciados, 76.5% para instrução elementar, 66.7% para nível básico e médio (60%) do ETP, contra 58.3% do ESG médio e 62.5% para bacharelato.

Esta disponibilidade de trabalhar mais e de procura de outros empregos, tem implicações na conservação do emprego actual dos jovens trabalhadores. A maioria (66.1%) pretende mudar do seu emprego actual. Esta mudança tende a ser maior quando menor for o nível de instrução. Dados estatísticos mostram que a maior parte (80.8%) dos que pretendem mudar possuem nível elementar, seguidos de jovens trabalhadores com nível superior (66.7% dos de bacharelato), 65.4% para ensino médio e 40% para licenciados.

As razões evocadas na necessidade de mudança do emprego actual têm a ver com a procura de remuneração mais elevada do que a actual (59.5%), com destaque para 100% dos jovens trabalhadores com instrução primária, 73.9% dos jovens trabalhadores que possuem instrução elementar, 60% do nível médio do ETP, 57.1% e 56.3% para os

jovens trabalhadores que possuem ESG básico e médio respectivamente e 50% dos licenciados. Apenas 16.7% dos inquiridos procura melhores condições de trabalho e 20.2% disse procurar melhores perspectivas de carreira.

Outra razão para a mudança do emprego actual pode estar relacionado com o facto de os jovens trabalhadores estarem ainda a se formar e/ou atingir novos níveis novos graus e tipos de formação que não se adequa ao seu emprego actual. A confirmar pelos factos, a maior parte (96%) dos inquiridos pretende continuar os seus estudos.

Se a análise sobre o processo de acesso ao primeiro emprego terminasse aqui seria incompleta. Como explicar o facto de certos jovens terem emprego sem terem concorrido nem prestado sequer uma entrevista? Como explicar o facto de alguns jovens trabalhadores acederem ao emprego em menos de uma semana mesmo sem um nível elevado de instrução escolar? São estas e outras questões que nos levam a desenvolver a análise dos subcapítulos seguintes.

4.4. Estratégias de acesso ao emprego actual no mercado de trabalho formal

Nossa desconfiança parte do princípio de que nem sempre se obedece mecanismos formais²⁷ estabelecidos para o acesso ao emprego, principalmente ao primeiro emprego. Os jovens usam várias formas, desde a instituição de ensino até ao acesso por via de ajuda dos seus familiares. A maior parte (48%) dos jovens trabalhadores acedeu ao seu emprego actual por via de ajuda da família, amigos, conhecidos ou colegas (rede social). Exemplos disso, todos os jovens trabalhadores sem nenhuma instrução escolar ou com ensino primário acederam ao seu emprego actual por via de contactos aos conhecidos, amigos, colegas e familiares (redes sociais). Entretanto, esta rede social foi usada também pelos jovens trabalhadores com nível de instrução escolar, com destaque para trabalhadores com nível elementar (62.5%), nível técnico básico (66.7%), metade (50%) dos jovens trabalhadores com nível básico do ESG e 42.3% do médio, contra 14.3% do

²⁷ Consideramos mecanismos formais, o anúncio de vagas no jornal, internet, Centro de emprego, etc e cujo acesso ao emprego é antecedido pela candidatura e selecção parcial segundo as qualificações exigidas.

ETP médio e jovens trabalhadores com nível superior (33.3% dos bacharéis e 30% dos licenciados).

“Consegui emprego através de um familiar” António Neves, 25 anos, trabalhador da empresa Auto Lagon

Entretanto, é preciso realçar que o uso de redes sociais diminui à medida que o nível escolar aumenta e depende do tipo de instrução escolar. Os jovens do ETP tendem a usar menos este tipo de estratégia. Esta diferenciação pode ser explicado pelo facto de os jovens com ETP terem facilidade de acesso ao emprego devido a natureza da sua formação do que os seus colegas do ESG. Como mostra o quadro 12, os mecanismos mais conceituados para o acesso ao emprego, como responder ou anunciar no jornal, Internet, etc. tendem a ser mais usados pelos que possuem elevado nível de instrução escolar, a partir do nível médio até superior.

Quadro 12. Mecanismos de acesso ao emprego usados pelos jovens trabalhadores segundo o tipo e nível de instrução escolar

Estratégias de acesso ao emprego actual segundo o nível de educação mais elevados terminados

		Como conseguiu ter o seu emprego actual?						Total	
		Por via de instituição escolar/formação	Contacto pessoal directo com empregadores	Candidaturas escritas espontâneas	Responder aos anúncios (jornais, Internet, etc...)	Anunciar no jornal	Concorrer em concursos		Procurar ajuda com família, amigos, conhecidos, colegas, etc.
Níveis de educação mais elevados terminados:	Nenhum							2 100.0%	2 100.0%
	Educação primária							2 100.0%	2 100.0%
	Educação primária do segundo grau		5 15.6%	2 6.3%		1 3.1%	2 6.3%	20 62.5%	30 100.0%
	Escola comercial/Industrial		1 33.3%					2 66.7%	3 100.0%
	Instituto comercial/Industrial	1 14.3%	2 28.6%		2 28.6%	1 14.3%		1 14.3%	7 100.0%
	Educação secundária básica	2 7.7%	4 15.4%			2 7.7%	4 15.4%	13 50.0%	23 100.0%
	Educação secundária média	2 7.7%	6 23.1%	2 7.7%	3 11.5%	1 3.8%	1 3.8%	11 42.3%	28 100.0%
	Universidade: bacharelato		1 6.7%	3 20.0%	3 19.4%	1 6.7%	2 13.3%	5 33.3%	15 100.0%
	Universidade: licenciatura	1 10.0%	1 10.0%	1 10.0%	2 20.0%	1 10.0%	1 10.0%	3 30.0%	10 100.0%
	Total	8 4.9%	20 16.3%	8 6.5%	8 6.5%	9 7.3%	10 8.1%	59 48.0%	123 100.0%

Fonte: Autor

Mesmo os que fizeram um curso de formação profissional não dispensam o uso de contactos através de amigos, família, conhecidos, colegas (redes sociais) para ter acesso ao seu primeiro emprego. O quadro 13 mostra que 28.6% deste grupo de trabalhadores usou este mecanismo para ter acesso ao seu emprego actual.

Quadro 13. Mecanismo de acesso ao emprego segundo a posse o não do curso de formação profissional

Estratégia de acesso ao emprego e especialização profissional

		Curso de formação profissional numa instituição privada		Total
		Sim	Não	
Como conseguiu ter o seu emprego actual?	Por via de instituição escolar/ formação	2 14.3%	4 11.4%	6 12.2%
	Contacto pessoal directo com empregadores		6 17.1%	6 12.2%
	Candidaturas escritas	3 21.4%	3 8.0%	6 12.2%
	Responder aos anúncios (jornais,	1 7.1%	6 17.1%	7 14.3%
	Anunciar no jornal	3 21.4%	4 11.4%	7 14.3%
	Concorrer em concursos	1 7.1%	2 5.7%	3 6.1%
	Procurar ajuda com família, amigos,	4 28.0%	10 28.0%	14 28.0%
	Total	14 100.0%	35 100.0%	49 100.0%

Fonte: Autor

Os mecanismos de acesso ao emprego anterior não diferem muito dos usados para aceder ao emprego actual. A maioria (35%) usou contacto familiar, amigos, colegas ou conhecidos para aceder ao primeiro emprego, com excepção dos trabalhadores com nível de bacharelato. O uso das redes sociais depende do nível de instrução escolar. Quanto menor for o nível de instrução escolar, maior é a recorrência deste tipo de mecanismo para ter emprego.

"O meu primeiro emprego, consegui através do meu pai que era funcionário nessa empresa". Manuel Matsiwe, 21 anos, trabalhador da Empresa Auto Lagoa.

Estratégias de procura e acesso ao emprego: grupos experimentais

Na variável de mecanismo de acesso ao emprego, procuramos colher sensibilidade de outros grupos de jovens potenciais (ver o quadro 14) de forma a comparar até que ponto esta estratégia constitui uma prática recorrente na procura do primeiro emprego. Em termos de agregados, os resultados são reveladores. Os desempregados (88.1%) afirmaram que procuravam emprego através de ajuda da família, colegas, amigos e conhecidos. Os trabalhadores do sector informal e formal (70.8%) acederam ao seu

emprego através de contactos e ajuda dos seus familiares e potencialmente os estudantes (42.6%) pensam usar este tipo de estratégia para procurar primeiro emprego.

Quadro 14. Mecanismos de acesso ao emprego segundo as diferentes categorias de jovens

Principal método de procura de emprego	Estudantes		Trabalhadores		Desempregados Inactivos		Total	
	%	N	%	N	%	N	%	N
Contactos pessoais:								
Ajuda da família, amigos, conhecidos, colegas, etc.	23	14	53,2	115	69	29	49,5	158
Contacto pessoal directo com empregadores	19,7	12	17,6	38	19	8	18,2	58
Contacto pessoal e ajuda da família, conhecidos, amigos	42,6	26	70,8	153	88,1	37	67,7	216
Métodos "formais"								
Candidaturas escritas espontâneas	34,4	21	5,1	11	-	-	10	32
Responder a anúncios [jornais, Internet, etc.]	16,4	10	4,2	9	9,5	4	7,2	23
Anunciar no jornal	1,6	1	4,6	10	-	-	3,4	11
Concorrer em concursos	3,3	2	6	13	2,4	1	5	16
Por via de instituição escolar/formação	-	-	3,7	8	-	-	2,5	8
Métodos "formais"	55,7	34	23,6	51	11,9	5	28,2	90
Métodos específicos aos trabalhadores por conta própria								
Procurar terreno, edifícios, instrumentos para criar a sua própria empresa	-	-	1,4	3	-	-	0,9	3
Procurar acordos para conseguir obter recursos financeiros	-	-	3,2	7	-	-	2,2	7
Candidatar-se para obter licença e permissão	1,6	1	0,9	2	-	-	0,9	3
Específicos aos trabalhadores por conta própria	1,6	1	5,6	12	0	0	4,1	13
Total	100	61	100	216	100	42	100	319

Fonte: Autor

O uso de contacto ou ajuda da família para procurar ou aceder ao primeiro emprego mostra a tendência de informatização do mercado de trabalho formal. Por consequência, os mecanismos formais (anúncios no jornal, Internet, etc) de acesso ao emprego começam a perder efeito e já não têm credibilidade no acesso ao primeiro emprego. Os dados adquiridos através de entrevista qualitativa, muitos jovens afirmaram que a publicação de vagas de emprego no jornal e Internet serve para "o inglês ver. Na verdade, as vagas já têm dono, que nem precisa de concorrer para as ocupar". Este facto levou-nos a questionar sobre que meio social os jovens trabalhadores provêm e será que há alguma influência em relação ao acesso ao primeiro emprego (desenvolveremos esta análise no subcapítulo 4.7).

"Para procurar emprego, contacto pessoas que já trabalham, conhecidos, vizinhos, amigos... pedi ao meu irmão que já está a trabalhar". Jovem desempregado

4.5. Inserção Sócio-Profissional dos jovens trabalhadores segundo a natureza da Empresa: Empresas Públicas e Privadas

Neste subcapítulo, procuramos comparar o processo de inserção sócio-profissional nas empresas públicas e privadas, tomando em contas aspectos como nível de instrução escolar, tempo e mecanismos de inserção, tipos de contracto, nível de salário e prestações nas empresas. Entretanto, chamamos atenção para a fraqueza dos dados recolhidos nas empresas públicas²⁸. A comparação que procuramos estabelecer aqui deve ser interpretada com prudência.

Em termos de nível de instrução escolar, nota-se que a maior parte (42.6%) dos jovens trabalhadores das empresas públicas possuem nível médio do ESG e 30% dos jovens trabalhadores com nível superior, contra os restantes nas empresas privadas. Mas é nas grandes empresas privadas que se encontra a maior parte dos jovens com instrução superior (66.7% dos jovens trabalhadores com bacharelato e 60% dos jovens trabalhadores com licenciatura). Em termos de curso de formação profissional, nota-se que nenhum trabalhador da empresa pública fez este tipo de curso contra 35.5% para grandes empresas privadas e 33.3% para pequenas empresas privadas.

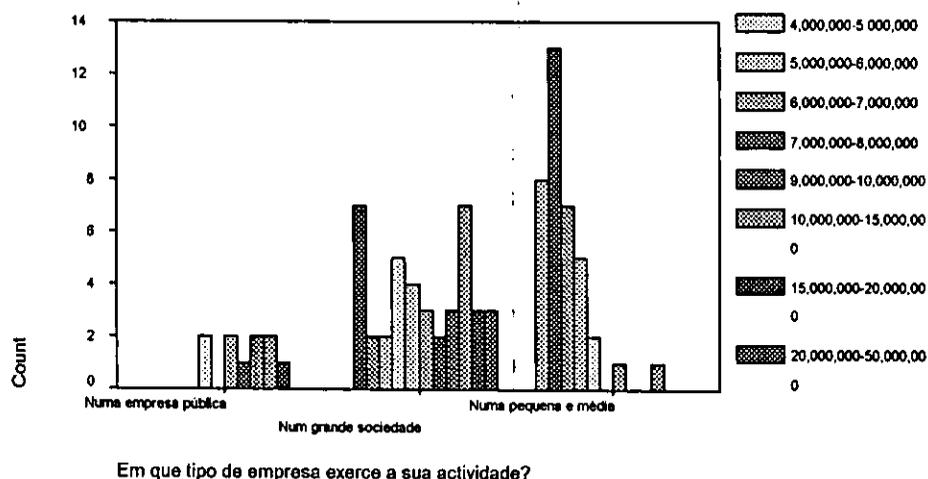
O tempo de acesso ao emprego nos dois tipos de empresas difere substancialmente. É nas empresas públicas onde o acesso ao emprego é relativamente fácil. Para empresas públicas, metade (50%) dos jovens trabalhadores concorreu entre 2 a 5 empregos, contra 51.4% nas grandes empresas e 58.8% nas pequenas empresas. Nenhum trabalhador concorreu mais de 5 empregos para ter acesso ao emprego nas empresas públicas, mas nas grandes empresas privadas os jovens chegaram a concorrer entre 11 a 20 empregos. Em termos de entrevistas, 50% dos trabalhadores das empresas públicas não foram submetidas a nenhuma entrevista e a outra metade, entre 2 a 3 entrevistas, contra 28.6% nas grandes empresas privadas e 54.3% que prestaram entre 2 a 5 entrevistas. Entretanto, 68.8% dos jovens trabalhadores das pequenas empresas não prestaram nenhuma entrevista para aceder ao seu primeiro emprego.

²⁸ Lembramos que forma inquiridos apenas 13 jovens trabalhadores nestas empenas.

As estratégias de acesso ao emprego também diferem entre as duas empresas, dependendo da grandeza da empresa. O acesso ao emprego através de ajuda de familiares, amigos e conhecido é mais praticado entre as pequenas (51.7%) e grandes empresas privadas (34.5%), enquanto nas empresas públicas, a maior parte acede através de resposta aos anúncios do jornal.

Em termos de contratos e tempo de trabalho, nota-se que todos os trabalhadores de empresas públicas possuem contrato a prazo indeterminado, contra apenas 53.5% das grandes empresas e 28.2% das pequenas empresas. Nas empresas públicas, nenhum trabalhador trabalha mais que 40 horas por semana ou seja 8 horas por dia, contra 59.9% nas grandes empresas e 38.3% nas pequenas empresas. Entretanto, é nas grandes empresas privadas onde os jovens trabalhadores auferem salários mais elevados que nas empresas públicas e empresas pequenas privadas. Dados estatísticos revelam que nas empresas públicas, a maior parte dos trabalhadores recebe entre 4 a 15 milhões de meticais (18.2% dos jovens trabalhadores), sendo as percentagens muito variáveis, enquanto nas grandes empresas privadas os jovens trabalhadores recebem entre um milhão a 50 milhões de meticais, sendo a maioria (15.9%) entre 1 a 2 milhões e noutro extremo, 15.9% recebe entre 10 a 15 milhões de meticais, enquanto nas pequenas empresas entre menos de um milhão a 15 milhões, sendo a maioria (31%) entre um a 2 milhões (ver o gráfico 2).

Gráfico 2. Nível de salário mensal individual segundo o tipo e tamanho da empresa



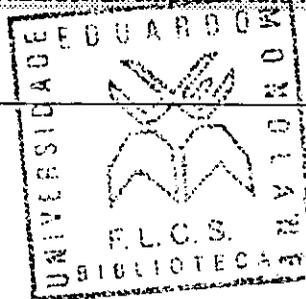
Fonte: Autor

Entretanto, é ainda nas grandes empresas privadas onde os jovens se beneficiam de muitos direitos e prestações. Por exemplo, em termos de benefícios materiais, transporte, electricidade e água, apenas 25% das empresas públicas, contra 31% das grandes empresas privadas e 15.2% das pequenas empresas recebem este benefício. Mas em relação a férias anuais com remuneração e férias de doença não há maior diferença entre o público (33.3%) e grandes empresas privadas (33.9%), sendo as pequenas empresa (30.4%) as que dão menos direitos e prestações. Porém, as empresas públicas dão mais oportunidade de formação do que as grandes e pequenas empresas. Numericamente, 58.3% dos jovens trabalhadores têm direito à formação contra 30.5% nas grandes empresas privadas e 13% nas pequenas empresas.

Em termos de satisfação de trabalho, os jovens trabalhadores das grandes empresas (63.6%) declararam estar muito satisfeitos, contra 9.1% das empresas públicas e 2% das pequenas empresas. A maior parte dos jovens trabalhadores das empresas públicas (63.6%) está satisfeita, contra 60% das grandes e 53.1% das pequenas empresas. A maioria (38.8%) dos descontentes e muito descontentes está nas pequenas empresas. Em relação à disponibilidade para trabalhar mais, apenas metade (50%) dos trabalhadores do público está disponível para trabalhar mais, contra 61% das grandes empresas e 60% das pequenas empresas.

As motivações para trabalhar mais prendem-se com a procura de mais horas de trabalho (27.9%) das grandes empresas, contra 10% do público e 16.6% das pequenas empresas. Mas 50% dos trabalhadores das empresas públicas procuram melhores empregos que os actuais, contra mais de metade (53.3%) dos jovens trabalhadores das grandes empresas. Porém, a maioria (61.8%) dos jovens trabalhadores das pequenas empresas procuram um outro emprego diferente do actual. O segundo motivo de trabalhar mais tem a ver com a procura de elevado nível de remuneração, sendo 66.7% dos jovens trabalhadores das empresas públicas, 61.1% das grandes empresas privadas e 81.2% dos trabalhadores das pequenas empresas.

"Gostaria de trabalhar numa boa empresa, para garantir uma vida sustentável, estar empregado numa empresa do Estado" António Fernando, 25 anos, Trabalhador da empresa Auto lagoa.



4.6. A questão de género na inserção sócio-profissional dos jovens trabalhadores

A disparidade de género é uma questão crucial no processo de inserção sócio-profissional no mercado de trabalho na medida em que existem ideias segundo as quais o acesso e promoção no emprego são influenciados pelo facto de ser mulher ou homem.

No processo de análise dos dados notamos que os jovens trabalhadores inquiridos não apresentavam diferença significativa em termos de nível de instrução escolar e acesso ao curso de formação profissional. No entanto, parece haver diferença quanto à duração do tempo de procura e de acesso ao emprego entre homens e mulheres. Os homens têm vantagem quando ao acesso ao emprego. Dados do inquérito mostram que eles acederam ao seu emprego em menos de uma semana (66.7%) e entre uma a 4 semanas (72.7%), contra apenas 33.3% e 23.3% das mulheres. São também os homens que na maioria não fizeram nenhuma candidatura (77.8%) e nenhuma entrevista (55.6%) para ter acesso ao emprego actual. No entanto, para os jovens trabalhadores que fizeram candidaturas mostra-se igualdade entre homens e mulheres em termos de número de candidaturas e entrevistas prestadas.

Tanto os homens como as mulheres usaram contactos e ajuda da família, amigos e conhecidos (redes sociais) para ter acesso ao emprego. Não notamos nenhuma diferença quanto ao recurso às redes sociais. Igualmente, os dados não revelam diferença entre homens e mulheres em relação estatuto profissional, local de trabalho, nível de salário recebido e o tempo de trabalho entre homens e mulheres.

A questão de género no processo de inserção sócio-profissional dos jovens trabalhadores: grupos experimentais

Embora a análise anterior não tenha evidenciado um claro domínio entre homens e mulheres, a análise agregada comparada revela que a maioria dos inquiridos considera que os homens beneficiam de um melhor acesso ao emprego e de melhores oportunidades de promoção e de sucesso profissional (ver quadro 15). Estes resultados não são de alguma forma diferentes dos anteriores, se tomarmos em conta que a maioria dos homens acedeu ao emprego em menos de uma semana e/ou entre uma a quatro semanas.

Quadro 15. Igualdade de oportunidades de acesso e promoção no emprego segundo o género

	Sexo	Grupos de jovens					
		Estudantes	Desempregados		Total		
			Trabalhadores	Trabalhadores			
Acesso a emprego: uma mulher beneficia das mesmas oportunidades em relação ao homem	Mulher	Mesmas oportunidades para homens e mulheres	22.2%	23.5%	27.4%	24.6%	
		Melhores oportunidades para homens	45.6%	47.1%	35.7%	41.4%	
		Melhores oportunidades para mulheres	28.9%	23.5%	20.2%	24.6%	
		Não sei	3.3%	5.9%	16.7%	9.4%	
	Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%		
	Homem	Mesmas oportunidades para homens e mulheres	16.3%	7.4%	33.9%	23.2%	
		Melhores oportunidades para homens	22.8%	74.1%	28.1%	30.3%	
		Melhores oportunidades para mulheres	56.9%	18.5%	27.3%	39.9%	
		Não sei	4.1%		10.7%	6.6%	
	Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%		
	Promoção e sucesso profissional: uma mulher	Mulher	Mesmas oportunidades para homens e mulheres	16.5%	23.5%	16.4%	17.1%
			Melhores oportunidades para homens	54.9%	47.1%	45.2%	50.3%
Melhores oportunidades para mulheres			24.2%	23.5%	21.9%	23.2%	
Não sei			4.4%	5.9%	16.4%	9.4%	
Total		100.0%	100.0%	100.0%	100.0%		
Homem		Mesmas oportunidades para homens e mulheres	18.3%	7.4%	32.7%	23.5%	
		Melhores oportunidades para homens	45.8%	51.9%	31.9%	40.4%	
		Melhores oportunidades para mulheres	35.0%	33.3%	23.9%	30.0%	
		Não sei	0.8%	7.4%	11.5%	6.2%	
Total		100.0%	100.0%	100.0%	100.0%		

Fonte: Autor

Neste subcapítulo, há que notar que a questão do género influencia a inserção sócio-profissional dos jovens trabalhadores. Entretanto, este aspecto não pode ser analisado de forma isolada. Existe uma forte influência do meio social, que pode determinar o acesso à instrução escolar (se é o homem que deve estudar mais do que a mulher ou educação por igual), o que muitas vezes estrutura a desigualdade de oportunidades no acesso ao emprego.

Outro factor que pode explicar a desvantagem da mulher pode ser relacionado com questões culturais e estigmatização que daí podem advir. A questão cultural relaciona-se com o facto de a mulher ser considerada, desde nascimento, como guarda da casa (doméstica), o que a *priori* condiciona o nível de instrução escolar que mais tarde influencia no acesso ao emprego. Uma vez no emprego, a mulher é, muitas vezes, considerada como “*elo fraco*” para as posições de chefia e de direcção²⁹.

²⁹ Advertimos para o facto de que o inquérito em análise não permite a leitura destes factores, mas achamos serem de extrema importância para análise das desigualdades entre homens e mulheres.

4.7. Meio Social dos jovens trabalhadores

Neste subcapítulo apresentamos e analisamos o meio social dos jovens trabalhadores inquiridos, nomeadamente estatuto sócio profissional dos pais.

4.7.1. Estatuto social dos pais dos jovens trabalhadores inquiridos

Os pais dos jovens trabalhadores inquiridos possuem instrução elementar (16.7% para o pai e 20% para a mãe) seguida do nível do ESG secundária médio, com 14.4% para o pai e 16.2% para a mãe). Apenas 12.3% das mães dos inquiridos não têm nenhuma instrução escolar. A instrução escolar dos pais influencia a instrução escolar dos filhos. Quanto maior for o nível de instrução escolar dos pais, maior é o nível de instrução dos filhos, embora com oscilações. Dos inquiridos, nota-se que 30% dos jovens trabalhadores que possuem licenciatura, os pais têm nível médio; 20% dos jovens inquiridos que possuem bacharelato, os pais possuem nível médio do ETP e licenciatura, contra apenas 10% dos jovens licenciados cujos pais possuem instrução primária.

A possibilidade de fazer um curso de formação profissional é também influenciada pelo nível de instrução dos pais. Nesta relação, nota-se que os que se beneficiaram de um curso de formação, a maior parte (28.6%) são aqueles cujos pais possuem um elevado nível de educação (ESG). Mas a instrução escolar não é a única. O meio ou sector em que os pais dos inquiridos trabalham determina em grande parte a preferência da formação profissional dos filhos. Verificamos que 42.9% dos jovens trabalhadores que se beneficiaram do curso de formação, os pais trabalhavam ou trabalham, numa empresa pública e 23.1% no Ministério público.

O facto de a maior parte dos pais dos jovens trabalhadores preferir o investimento na instrução escolar acompanhada de um curso de formação profissional não vem ao acaso. Muitos são aqueles que parecem preferir que os seus filhos trabalhem em melhores empresas e/ou nas mesmas empresas em que eles trabalham. Dados do inquérito revelam que não há uma correlação forte entre o sector de actividades dos pais e dos filhos, embora demonstre uma tendência de tal proporção. A maior parte (55.2%) dos jovens inquiridos que trabalham numa grande empresa privada, os pais trabalham numa empresa

pública. Entretanto, 38.5% dos jovens trabalhadores das empresas públicas, os pais também trabalham numa empresa pública e 47.4% dos jovens que trabalham numa grande empresa privada, os pais também trabalham numa grande empresa privada.

Estes resultados revelam a importância do estatuto social dos pais. Os jovens que provêm de um meio social favorável, têm maior possibilidade de aceder a “melhores” empregos nas empresas públicas e grandes empresas privadas, pois notamos que 66.7% dos jovens trabalhadores que estão nas pequenas empresas privadas, os pais trabalham no sector informal.

Os resultados que acabamos de apresentar mostram que o meio social de origem dos jovens joga importante papel na definição do elevado nível de instrução escolar, no acesso a “melhor” formação, o que se reflecte na futura definição do estatuto profissional dos jovens trabalhadores. Para além destes aspectos, levantamos a proposição de que o meio social é um elemento essencial na facilitação de contactos (redes sociais) para ter acesso ao primeiro emprego.

4.7.3. Meio Social e rede de contactos no acesso ao primeiro emprego

A origem geográfica parece influenciar a definição das estratégias de procura de emprego. A maior parte (78%) dos jovens trabalhadores naturais da cidade de Maputo conseguiu emprego através de ajuda da família, amigos, colegas e conhecidos, contra 16.9% dos jovens trabalhadores que provêm de uma outra cidade provincial e 5.1% provenientes da zona rural. Entretanto, nota-se que são também os jovens naturais da cidade de Maputo que mais experimentam todos os mecanismos de acesso ao emprego. Em termos de local de residência na cidade de Maputo, notamos que esta também favorece a rede de contactos para ter acesso ao primeiro emprego (ver quadro 16).

Quadro 16. Mecanismos de acesso ao emprego actual segundo a origem geográfica dos jovens trabalhadores

Como conseguiu ter o seu emprego actual? e origem geográfica

		Origem geográfica do inquirido				Total
		Zona rural	Outra cidade de do país	Outro país	Natural de Maputo	
Como conseguiu ter o seu emprego actual?	Por via de instituição escolar/ formação		2 25.0% 11.1%		6 75.0% 5.5%	8 100.0% 6.1%
	Contacto pessoal directo com empregadores		2 9.5% 11.1%	1 4.8% 100.0%	18 85.7% 16.5%	21 100.0% 15.9%
	Candidaturas escritas espontâneas		1 9.1% 5.6%		10 90.9% 9.2%	11 100.0% 8.3%
	Responder aos anúncios [jornais, internet, etc...]		1 11.1% 5.6%		8 88.9% 7.3%	9 100.0% 6.8%
	Anunciar no jornal		1 10.0% 5.6%		9 90.0% 8.3%	10 100.0% 7.6%
	Concorrer em concursos	1 9.1% 25.0%	1 9.1% 5.6%		9 81.8% 8.3%	11 100.0% 8.3%
	Procurar ajuda com família, amigos, conhecidos, colegas, etc	3 5.1% 75.0%	10 16.9% 55.6%		46 78.0% 42.2%	59 100.0% 44.7%
Total		4 3.0% 100.0%	18 13.6% 100.0%	1 .8% 100.0%	109 82.6% 100.0%	129 100.0% 100.0%

Fonte: Autor

Dados deste quadro revelam que a maior parte (56.2%) dos jovens inquiridos do Distrito nº1 conseguiu o seu emprego através de ajuda da família, amigos, contactos com pessoas conhecidas. Igualmente, 72.7% dos jovens trabalhadores que vivem no Distrito Urbano nº2, contra 53.8% do distrito nº4 usaram este tipo de contacto para ter o seu primeiro emprego.

Entretanto, a origem geográfica, por si só não joga papel preponderante no acesso ao emprego. Este factor é complementar do nível de instrução escolar e do estatuto profissional dos pais/família dos jovens. Com efeito, verifica-se que 71.4% dos jovens que conseguiram emprego através de contactos familiares, amigos e conhecidos, os pais trabalhavam/trabalham à sua própria conta no sector informal, 66.7% no sector formal mas à sua própria conta, 50% os pais são quadros superiores, 41.2% cujos pais são funcionários empregados qualificados numa empresa privada e 40% são funcionários públicos qualificados. Relacionamos também a variável da rede de contactos com o sector de actividades. Neste, constatamos que os jovens trabalhadores que conseguiram

emprego por via de contactos e ajuda da família (redes sociais), os pais trabalham na sua própria empresa (68%) e metade (50%) na Administração pública.

Interpretação dos resultados: factores de inserção sócio-profissional no mercado de trabalho

Nesta derradeira parte do trabalho procuramos discutir as implicações das hipóteses levantadas em relação aos resultados obtidos no campo.

Em relação à primeira hipótese referimos que se a instrução escolar for acompanhada de um curso de formação profissional, então um jovem acederá facilmente ao primeiro emprego no mercado de trabalho formal. Com esta hipótese pretendemos medir a relação entre Ensino Secundário Geral, Ensino Técnico-Profissional e formação profissional e avaliar as necessidades do mercado.

Como resultados constatamos que à medida que o nível de instrução escolar aumenta, maior é a probabilidade de os jovens acederem facilmente ao primeiro emprego. Entretanto, o nível de instrução escolar, por si só não é suficiente para aceder ao primeiro emprego. Nossa proposição era de que se o nível de instrução escolar for acompanhado por um curso de formação profissional, como informática, relações públicas, marketing, etc, então os jovens teriam mais probabilidade de aceder ao emprego. No entanto, os dados mostram que um curso de formação profissional não favorece necessariamente o acesso ao primeiro emprego. Para além do nível de instrução escolar, os jovens devem reunir outros requisitos que não são necessariamente adquiridas no sistema escolar.

Estes resultados trazem várias implicações. A primeira é de que a instrução escolar é uma condição necessária mas não suficiente para a inserção sócio-profissional no mercado de trabalho formal. É verdade que os resultados mostram que um jovem com 12^a classe (nível médio) tem mais hipóteses de encontrar um emprego do que um jovem com 10^a classe ou abaixo desse nível, e se tiver bacharelato ou licenciatura, mais hipóteses tem. Entretanto, o mercado de trabalho formal exige que, para além da sua formação académica, o candidato associe um perfil de "competências", como capacidade de

comunicação, criatividade, capacidade de síntese e análise, capacidade de trabalhar em equipa, capacidade de liderança e decisão.

Estas exigências do mercado obrigam aos candidatos ao emprego na aquisição de um capital que se adquire em termos de investimento pessoal, auto disciplina, organização, exercício mental, cultura geral e redes de contactos. Neste sentido, admitimos que os indivíduos com certo nível de instrução vão preencher vagas vacantes cujo número e distribuição são determinadas pela estrutura social (Boudon, 1981:65), mas ter instrução escolar não implica necessariamente o acesso directo ao primeiro emprego, pois intervêm outros factores que não são adquiridos no sistema escolar.

O facto de a instrução escolar, mesmo acompanhado de um curso de formação profissional não permitir facilmente o acesso ao primeiro emprego deve-se à ligação entre o sistema escolar e mercado de trabalho.

Sistema de ensino e necessidades do mercado de trabalho

Este facto leva-nos à avaliação dos diferentes tipo de ensino em relação às exigências do mercado de trabalho. Os resultados mostram que existe discrepância entre os diferentes tipo de ensino. Os jovens trabalhadores que seguiram ensino técnico-profissional, quer seja nível básico, quer médio acederam ao primeiro emprego mais cedo do que os seus colegas que seguiram ensino geral e formação profissional. No entanto, isto não significa apenas que o mercado de trabalho formal está mais virado à procura de graduados do ensino técnico-profissional do que os outros tipos de ensino, mas que a discrepância que constatamos pode também estar aliado ao tempo e conteúdo de formação em cada tipo de ensino. Como mostra weber (1982:232), a ocupação de um cargo é uma "profissão" que se evidencia pela exigência de treinamento rígido durante um longo período de tempo. Esse treinamento torna-se como pré-requisito para ter emprego ao mercado de trabalho.

Na verdade, se olharmos para cada tipo de ensino constatamos que o processo de formação no ensino técnico-profissional, para atingir nível médio, é mais longo³⁰ e orienta os jovens para conteúdos práticos do mundo de trabalho do que o ensino geral, que aborda os conteúdos gerais sem nenhuma orientação. A formação profissional dura ainda menos tempo (2 a 6 meses) e o conteúdo do ensino é mais prático do que o ensino técnico-profissional, pois a aprendizagem é mais prática do que teórica e, às vezes, é acompanhado de estágios profissionais nas empresas. Mas mesmo assim esta formação não tem peso necessário no mercado de trabalho. Este facto tem a ver com o tempo de duração da formação, que é elemento importante na classificação de qualificação profissional, e pelo facto de o certificado deste tipo de curso não corresponder a um nível específico no sistema de ensino moçambicano.

Esta constatação leva-nos a afirmar na esteira de Arroiteia (1991:25) que a educação desempenha um papel importante na preparação do indivíduo para a vida activa, mas o mercado de emprego não é capaz de assegurar uma ocupação laboral imediata e duradoura para a população jovem com nível de escolaridade básica e média. Este facto deve-se às constantes mutações dos sectores de actividades, o que leva ao desenvolvimento de novos esquemas de formação, extensivos a jovens e adultos, que passam não só pelo ensino formal mas ainda pela formação em alternância que proporciona a par da formação académica, a realização periódica de estágios profissionais fora da escola.

Estes factores (mutação de sectores de actividades, escassez de emprego) põem em causa a estrutura de empregos e fazem com que a organização da formação já não garanta necessariamente a entrada dos jovens na vida activa e não estabeleça uma passagem mais ou menos curta de uma situação de formação para um emprego estável (Correia, at al, 2003:25), porque gera ausência de certos tipo de qualificações. Exemplo disso, 30% dos graduados com nível de licenciatura levaram entre 3 a 6 meses para acederem ao

³⁰ Enquanto que no ensino técnico, do nível básico para médio a duração é de 3 anos, no ensino geral a duração é de 2 anos.

primeiro emprego e mais de metade (57.8%) dos jovens trabalhadores inquiridos pretende mudar o emprego actual.

Neste sentido, as transformações do mercado de trabalho determinam a inserção profissional na medida em que consolidam certo tipo de empregos, exigindo aumento de habilitações escolar e profissional dos indivíduos. Aliado ao facto de os jovens procurarem melhores condições de vida e alterações das expectativas e aspirações profissionais, o primeiro emprego situa-se num primeiro nível de inserção profissional, às vezes precária, que se caracteriza por uma transição para integração profissional, através de constante busca de “melhor ” emprego e melhor enquadramento no mercado de trabalho. Este processo é também acompanhado de aumento de habilidades literárias e profissionais.

Assim, no primeiro emprego, os jovens não conseguem uma integração profissional efectiva no mercado de trabalho, pois uma integração “bem-sucedida” na vida activa não só passa pela obtenção de um emprego, mas também pelo facto deste proporcionar o exercício de uma profissão correspondente à sua formação de base (Saude, s.d.) que lhe permita exercer uma carreira profissional de forma a atingir o mais elevado nível de competências e de contrapartidas hierárquicas profissionais e sociais.

A intervenção de redes de contactos para ter acesso ao emprego levou-nos à segunda hipótese, na qual avançamos que a instrução escolar não garante necessariamente o acesso ao primeiro emprego no mercado de trabalho formal. Há influência de outros factores como meio social e redes sociais.

Os dados sobre os mecanismo de acesso ao primeiro emprego mostram que 48% dos jovens trabalhadores acederam ao seu primeiro emprego através de redes sociais, 16.3% por via de contacto pessoal com empregadores, 8.1% através de concursos públicos, 7.3% por anúncio no jornal, 6.5% a partir de candidaturas escritas espontâneas, 6.5% através de respostas aos anúncios de jornal e internet e 4.9% por via de instituição escolar ou de formação.

Estes resultados relançam um debate importante sobre a instrução escolar como instrumento de nivelamento de desigualdades sociais e sobre a dimensão e importância das redes sociais.

Instrução escolar como instrumento de nivelamento das desigualdades sociais

Os resultados da pesquisa mostram que tal como refere Giddens (2000:502), a escola ao dar aos jovens capacidades e meios que lhes permitem encontrar um lugar valorizado na sociedade mais do que reduzir as disparidades de riqueza e de poder, ela tende a expressar e a reafirmar as desigualdades existentes, pois para ter emprego é preciso intermediários que não se conquistam pela instrução escolar.

Estes intermediários que consideramos de redes sociais são elementos importante para o acesso ao emprego. Assim, torna uma realidade que um jovem com elevado nível de instrução escolar e forte capital social (redes sociais) terá mais facilidade ao emprego do que o seu colega com mesmo nível de instrução, mas com fraco capital social (Esping-Andersen, citado por Ferreira, 1995:383). A aquisição de forte ou fraco capital social depende do meio social em que os jovens estão inseridos e da multiplicidade de grupos com quem estabelece a interacção.

Jencks (Pinto, 1995:46) corrobora com esta posição ao afirmar que o meio social de origem tem mais influência sobre o diploma obtido do que sobre o quociente de inteligência na medida em que, não obstante o facto de o estatuto profissional dos homens revelar estrita relação com os diplomas obtidos, observa-se fortes disparidades de estatutos sociais entre os homens com mesmo diploma. Para este autor, o único factor que pode explicar esta disparidade é a "sorte" de cada homem.

No nosso entender, esta "sorte" não vem do acaso, mas de uma multiplicidade de interacções que os indivíduos estabelecem na sociedade seja ao nível primário (família) ou secundário (amigos, vizinhos, colegas, escola). É nesta interacção que o indivíduo adquire o horizonte do mundo social e cria redes que tornam mecanismos facilitadores da sua vida. E aqui reproduz-se as desigualdades de oportunidades entre os indivíduos. Este

facto não é um dado novo, pois Boudon (1981:7) já nos alertava da necessidade de desconfiar a proposição de que as desigualdades escolares são factores determinantes de outras formas de desigualdade social.

No caso do nosso estudo, mesmo se a instrução escolar influencie a desigualdade de acesso ao emprego, ela não é único factor. A desigualdade de oportunidade estrutura-se no tecido social em que o indivíduo está inserido. Com isto não pretendemos dizer que mesmo com diploma, os mais pobres não encontram emprego e nunca ascendem às posições privilegiadas na sociedade, mas que tal como refere Boudon (1981), dois jovens com mesma instrução escolar não são necessariamente "iguais".

No entanto, a intervenção do meio social na aquisição e definição do estatuto profissional não implica a marginalização da instrução escolar, pois como observa Boudon (Haralambos & Holborn, 1992:270) se um jovem de classe superior escolher um curso vocacional como construção civil, as suas oportunidades serão provavelmente de uma "posição popular". O trabalho que irá ter como resultado do seu curso será de um estatuto baixo do que aquele do seu pai. Contudo a situação seria diferente para um jovem da classe baixa que escolheu um curso similar. Ele pode ter "promoção social" se comparado ao estatuto profissional do seu pai. É por isso que para Boudon, as pessoas são racionais na escolha de cursos, porque calculam os custos e os benefícios do curso que escolhem.

A escolha racional dos cursos e cálculos dos custos e benefícios do curso não é feita fora do meio social dos jovens. Como nota Sorokin (Boudon, 1981:67) os mecanismos de selecção e reprodução operam em primeiro lugar na família que impõe à criança um nível de ambição escolar determinado pela sua própria posição social, controlando deste modo as habilidades através de orientação. A escola seria a segunda instância de orientação maior nas sociedades industriais e a sua função de reprodução tende a seleccionar os indivíduos em função da escala dos valores que caracterizam o sistema social em seu conjunto.

É na combinação destas duas instâncias que os indivíduos aquirem o capital escolar e fortalecem o capital social (redes sociais), que mais tarde torna um mecanismo precioso para ter emprego no mercado de trabalho. No entanto, o uso de redes sociais põe em causa a instrução escolar como mecanismo meritocrático que garante o acesso ao emprego, pois já não permite a selecção dos mais talentosos para ocuparem vagas disponíveis no mercado de trabalho.

Neste sentido, a instrução escolar desempenha, de um lado papel de transmissão de conhecimentos e competências que não poderiam ser obtidos de outra forma e é um factor de aquisição de estatuto profissional e, de outro é um factor de estruturação das desigualdades no acesso ao primeiro emprego e estruturação da hierarquia de posições profissionais no mercado de trabalho.

As redes sociais no mercado de trabalho formal

O uso das redes sociais (relacionamentos sociais) é comum entre os indivíduos em situações em que as condições estruturais condicionam o acesso às oportunidades de vida. Segundo Silva (2000:22.18), em situação de pobreza, de privação e vulnerabilidade, os membros da comunidade são obrigados a recorrer às suas relações e redes sociais, que jogam um papel imediato na solução dos seus problemas. Neste caso a recorrência às redes sociais para o acesso ao emprego é consequência da natureza do mercado de trabalho formal que não possui capacidade para empregar todos ou maior parte dos candidatos ao primeiro emprego e da diversidade de certificados com múltiplos níveis de formação.

A análise das redes sociais no mercado de trabalho é importante na medida em que permite avaliar as interacções sociais e estudar como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve e o modo como utilizam e modificam consoante os seus interesses (Silva: 2000:22.13). Em muitos casos, as situações de existência de intermediários no acesso ao primeiro emprego têm sido menos exploradas, não obstante a importância que este fenómeno representa para a sociologia. Segundo Granovetter (1973:1360), a análise das redes interpessoais providencia a ponte mais frutífera entre

macro-micro, pois é a partir das redes de pequenas escalas de interações que se tornam relações de grande escala e estas alimentam os pequenos grupos.

Tomando exemplo dos Estados Unidos da América, Granovetter (1973:1371) estudou os mecanismos de acesso ao emprego e concluiu que muitos trabalhadores americanos (colarinhos brancos) acederam ao emprego através de contactos individuais do que qualquer outro método. Esta situação abrangia também profissionais, técnicos e posições de gerente. Ele notou ainda que, em muitos casos, o contacto estabelecido tinha sido com um velho amigo, trabalhador ou empregador com quem se mantém contacto esporádico. Este estudo revela como as "velhas" relações servem de auxílio para alcançar os interesses do actores sociais. Na acepção deste pensamento significa que as relações interpessoais que estabelecemos em sociedade são úteis e podem ser usados nos momentos de aflição para a resolução dos problemas.

Nesta perspectiva, as redes sociais ou contactos interpessoais são cruciais na análise do comportamento dos indivíduos. Desta forma, ao constatar que 48% dos jovens trabalhadores usaram redes sociais (contactos família, amigos, conhecidos, vizinhos, etc) para acederem ao emprego suscita-nos reflexão profunda sobre este fenómeno. Em termos estruturais, este facto mostra a tendência de informalização dos mecanismos de acesso ao emprego no mercado de trabalho formal. Mecanismos que até então eram tidos como formas usuais do mercado informal. Esta informalização opera ao nível de acesso à informação sobre a existência de uma vaga de emprego e na forma como os candidatos são seleccionados.

"É preciso ter padrinho ou subordinar/comprar para ter emprego. Caso contrário, dificilmente pode ter emprego" Director dos Recursos Humanos da empresa Auto Lagoa.

Entretanto, é preciso salientar que o processo de recorrência a contactos individuais (redes sociais) tende a ser mais para os jovens que estão na ameaça de desemprego e com nível de escolaridade mais baixo, dependendo do tipo de formação seguida. Exemplo disso, dados da pesquisa revelam que 66.7% dos jovens trabalhadores que recorreram às redes sociais para aceder ao emprego têm nível básico contra 30% dos que possuem nível

superior e 14.3% dos graduados do ensino técnico-profissional médio recorreram aos contactos interpessoais contra 42.3% dos graduados do nível médio do ensino secundário geral.

No entanto, a importância das redes sociais não deve ser visto apenas no sentido de facilitadores de acesso ao emprego, mas também é preciso ter em conta o impacto social a nível individual e da sociedade. A partir de momento em que um jovem recorre a um familiar, amigo ou vizinho para ter emprego, não ganha apenas a inserção profissional no mercado de trabalho, mas também reforça os laços sociais com essas pessoas. Estes laços não terminam com o acesso ao emprego, mas permanecem e fortificam-se ao longo do tempo na medida em que se estabelece uma relação de favor (solidariedade) um para com o outro. Entretanto, quando o jovem se insere no mercado de trabalho estabelece outros contactos e novos laços sociais, criando redes profissionais que podem ser um recurso importante na projecção das possibilidades de oportunidade e de mobilidade sócio-profissional.

Segundo Granovetter (1973:1370/1378), do ponto de vista macro, os laços sociais jogam um papel efectivo na coesão social. Quando um homem muda de um emprego ele não move somente de uma rede de laços para outros, mas também estabeliza a ligação entre eles. Tal ligação facilita o seu movimento. Assim, os laços sociais, às vezes, são vistos como indispensáveis para as oportunidades dos indivíduos e suas interacções nas comunidades, criando coesão local.

A nossa análise não evidencia claramente o peso das redes sociais na movimentação dos indivíduos no mercado de trabalho e criação da coesão social. Mas a partir dos nossos dados podemos afirmar que as redes sociais desempenham um papel duplo: ajudam na inserção dos jovens no mercado de trabalho através de facilitação de contactos e movimentação de expediente e contribuem na coesão social na medida em que alargam e fortalecem as relações interpessoais entre os indivíduos.

CONCLUSÃO

No presente trabalho procuramos analisar o papel da instrução escolar na inserção sócio-profissional dos jovens, com idade entre 15 e 29 anos, no mercado de trabalho formal, com o objectivo de analisar o peso dos diplomas dos diferentes tipos de ensino (ensino técnico-profissional, ensino geral e formação profissional) e das redes sociais no acesso ao primeiro emprego.

Levantamos como problema, procurar saber em que medida a instrução escolar contribui na inserção sócio-profissional dos jovens. Como respostas antecipadas a este problema, referimos, na primeira hipótese, que se a instrução escolar for acompanhada de um curso de formação profissional, então um jovem acederá facilmente ao primeiro emprego e na segunda hipótese, que a instrução escolar não garante necessariamente o acesso ao primeiro emprego no mercado de trabalho formal. Há influência de outros factores como meio social e redes sociais.

Para averiguação dessa hipótese servimo-nos de dados qualitativos e quantitativos recolhidos nas empresas públicas e privadas de prestação de serviços.

Como resultados, constatamos que quando maior for o nível de instrução escolar, maior são as oportunidades de acesso ao primeiro emprego com contracto escrito indeterminado, elevado nível de rendimento e melhor inserção social na empresa, notadamente em termos de direitos e prestações. Constatamos que o nível de instrução escolar determina a posição profissional dos jovens trabalhadores, mas o mesmo já não acontece em relação ao acesso à posição de chefia na empresa e na aquisição de um bem durável como habitação.

Em relação aos diferentes tipos de ensino, notamos que os jovens trabalhadores com ensino técnico-profissional têm mais vantagens no acesso ao primeiro emprego, elevados rendimentos, melhores condições e jornada de trabalho normal (8 horas/dia) do que os seus colegas do ensino secundário geral. Entretanto, um curso de formação profissional é

um elemento complementar do nível de instrução escolar do ESG e ETP, mas não determina o acesso ao primeiro emprego nem influencia o tipo de contrato, nível de rendimento e tempo de trabalho.

Estas constatações permitem nos afirmar que a primeira hipótese não é corroborada. A formação profissional é importante na aquisição do saber prático, mas só se torna relevante quando acompanhado de um nível elevado do ensino geral ou técnico-profissional.

Em relação à segunda hipótese, constatamos que para além de instrução escolar, há influência de meio social que primeiro condiciona o nível de instrução escolar (capital escolar), cria e fortalece as redes sociais (capital social), que facilitam o acesso ao primeiro emprego. Com base nestes resultados consideramos que a segunda hipótese é corroborada.

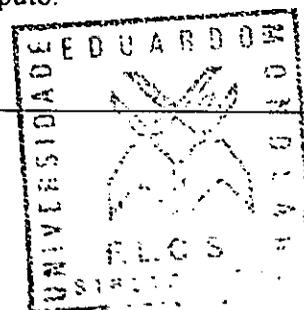
Da interpretação dos dados inferimos que a instrução escolar é um factor de aquisição de estatuto profissional, mas também de estruturação das desigualdades no acesso ao primeiro emprego e estruturação da hierarquia de posições profissionais no mercado de trabalho. As redes sociais ajudam na inserção dos jovens no mercado de trabalho e contribuem na coesão social dos indivíduos.

Na interrupção desta investigação reconhecemos algumas fragilidades na abordagem de alguns aspectos referentes às redes sociais. A análise foi de ponto de vista agregada e não permite ler a discrepância e correlação entre redes familiares, de amigos, conhecidos ou de vizinhos, por isso recomendamos que os próximos estudos tenham em conta a análise profunda desta questão. E, a nossa contribuição em torno deste tema é ínfima. Resta um vasto campo de pesquisa sobre como as redes sociais contribuem para a mobilidade sócio-profissional no mercado de trabalho e como se manifestam fora da esfera profissional. Portanto, este estudo não pretende ser definitivo, mas despertar interesse de investigação sobre as relações interpessoais no mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

1. ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders (1994), *Moçambique em Transição: Um estudo de história de desenvolvimento durante o período 1974 — 1992*. 1ª edição. Maputo: CEEI – ISRI.
2. ARROTEIA, Jorge Carvalho (1991), *Análise social da Educação*. Brasil: Edições ROBLE.
3. BM (2004), *Skills Development in Mozambique, Issues and Options*. Maputo: World Bank.
4. BM (2003), *Integrated TVET Reform Project: Project Appraisal Document*. Maputo: World Bank.
5. BOUDON, Raymond (1981), *A desigualdade de oportunidades. A mobilidade Social nas Sociedades Industriais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
6. CANÁRIO, CORREIA, DUBAR et al (2003), *Formação e situações de Trabalho*. Portugal: Porto Editora.
7. CASTEL-BRANCO, C. N. (org), (1994), *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: Ed. UEM.
8. CEMPRE (2002), *Censo de Empresarial. Moçambique*. Maputo: INE
9. DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA (2002), Portugal: Porto editora.
10. DURKHEIM, Emile (1980), *Éducation et Sociologie*. Paris: Presse Universitaires de France.
11. FERREIRA, J. M; CARVALHO, A.S; GRAÇA, J.C. at al (1996), *Sociologia*. Portugal: editora McGraw-Hill.
12. FRANCISCO, António Alberto da Silva (2003), *“Restruturação Económica e Desenvolvimento”* in Boaventuras Sousa Santos & João Carlos Trindade (org.) (2003), *Conflito e Transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique.vol.I*. Porto: Edições Afrontamento.
13. FREIRE, João (1993), *Sociologia de Trabalho: Uma introdução*. Porto: edições Afrontamento.
14. GIDDENS (1975), *A estrutura de classes nas sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Edição Zebra.

15. GIDDENS, Anthony (2000), *Sociologia*. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
16. HARALAMBOS & HOLBORN (1992), *Sociology. Themes and the perspective*. Third edition. London: Ed. Collins Educational.
17. IAF (2003), *Relatório Final do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar, 2002/3*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
18. INE (1997), *Recenseamento da população geral de Moçambique*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
19. INE (2003), *Dados sobre a população activa*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
20. INE (2004), *Actualização das Projecções da população por província (1997-2015)*. Série estudos nº 2, 2ª edição. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
21. INE (2005 b), *Base de dados nacionais, ESDM*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
22. MEDIA, Dominique (1999), *O trabalho. Um valor em via de extinção*. Lisboa: Fim de século edições Ltda.
23. MJD (2002), *Relatório do Primeiro Encontro Nacional da Juventude*. Moçambique. Maputo: Ministério da Juventude e Desportos, Conselho Nacional da Juventude, Gabinete Central Preparatório.
24. MINTRAB (2004), *Boletim de estatísticas do trabalho*. Maputo: Direcção Nacional de Planificação e Estatísticas do Trabalho.
25. MINTRAB-INEFP (2005 a), *Apresentação das "medidas do emprego"*. Maputo: Ministério do Trabalho.
26. MINTRAB-INEFP (2005 b), *Desemprego registado 2001-2004*. Maputo: Centro do Emprego da Cidade de Maputo.
27. MINTRAB (2005), *Boletim de Estatísticas do Trabalho*. Maputo: Direcção Nacional de Planificação e Estatísticas do Trabalho.
28. MINTRAB (2000), *Lei do trabalho (Lei nº 8/98 de 20 de Junho)*. 2ª edição. Maputo: Imprensa nacional.
29. Mission Economique (2004), *Lettre économique du Mozambique et du Swaziland nº27*. Mai. Maputo: Mission Economique Française de Maputo.



30. MUHAMEDE, Farida (2003), Estudo rápido sobre o Mercado de emprego. Maputo: MINED³¹/BM³².
31. OIT (2001), Total and Economically active Population: Estimates and Projections, 1950-2010 Mozambique, LABORSTAT Labour Statistics Database. Maputo: International Labour Organization.
32. OIT (2003), Toward Employment and Vocational Training Strategy for Mozambique. Report of an ILO Employment and Training Advisory Mission to Mozambique. International Labour Organization Sub Regional Office of Southern Africa, Harare: ILO Office of Lusaka.
33. OIT (2004), Improving prospects for Young women and men in the world of work. A guide for youth employment. Geneva: International office.
34. OIT (2005), Rapport sur l'emploi dans le monde. Geneva: International Labour Organization.
35. OMT (2005), Relatório Mundial da organização Mundial do Trabalho.
36. PITÉ, Jorge (1997), Dicionário breve de Sociologia. Lisboa: Editorial presença.
37. PINTO, Concessão Alves (1995). Sociologia da escola. Portugal: Edição McGraw-Hill.
38. QUIVY & CAMPAHOUDT (1998), Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.
39. RepM (2000), Plano da acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) 2005-2009. Maputo: Republica de Moçambique.
40. RepM (2005), Proposta do Plano da acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) 2005-2009. Maputo: Republica de Moçambique.
41. RepM (2005), Projecto da Política Nacional da Juventude. Maputo: Ministério da Juventude e Desportos (documento de trabalho). Versão do mês de Maio.
42. ROCHER, G. (1999), Sociologia Geral: A organização social. Lisboa: Edições Presença.

³¹ Ministério da Educação, que actualmente é Ministério da Educação e Cultura (MEC).

³² Banco Mundial.

43. RAUD-MATTEDI, Cécile; (2004), A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia económica clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.20. nº 57.
44. RICHARDSON, R. Jarry (1999), *Pesquisa Social. Métodos e Técnicas*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas.
45. SILVA, Tereza da Cruz (2000), "As redes de solidariedade como intervenientes na resolução de litígios: o caso da Mafalala", in Boaventura De Sousa Santos e João Carlos Trindade (Orgs). *Conflitos e Transformação Social: uma paisagem das justiças em Moçambique (Relatório de investigação)*. Maputo e Coimbra: Centro de Estudos Africanos e Centro de Estudos Sociais. Pp: 22.1-22.45.
46. STAVENHAGEM, Rodolfo (s.d.), "Classes Sociais e Estratificação Social", in M. Foracchi & J. Martins (Orgs.), *Sociologia e Sociedade*, Rio de Janeiro, LTC Editora.
47. THINES e LEMPEREUR (1984), *Dicionário das Ciências Humanas*.
48. WEBER, Max (1982), *Ensaio de Sociologia*. 5ª edição. Brazil: Editora Guanabara Koogan.

Artigos de internet

49. ALMEIDA; António José; MARQUES, Maria Amélia; ALVES, Natália (s.d.), *Carreiras profissionais: Novos caminhos para as relações de trabalho?* In [www. Google](http://www.google.com). Documento em PDF. Acedido no dia 30 de 01 de 2006.
50. GRANOVETTER, Mark S. "*The Strength of Weak Ties*". In *American Journal of Sociology*, volume 78, issue 6 (may, 1973), America: University of Chicago Press. Pp: 1360-1380. Acedido no <http://www.jstor.org/journals/ucpress.html>, nodia 26/04 de 2001.
51. SAUDE, Sandra (s.d.). *Empregabilidade, competência e recursos de inserção profissional*. In [www.google](http://www.google.com). Artigo em PDF.
52. MTS (1998), *Integração sócio-económica de Refugiados na Sociedade de acolhimento*. Lisboa: Medida 4 do Ministério do Trabalho e de Solidariedade. In <http://www.cidadevirtual.pt/integra/relar1.html>. Acedido no dia 30/01/2006.
53. WITHAKER, Francisco (1998), *Redes: uma Estrutura alternativa de Organização Social*. Disponível online: http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_estruturaalternativa.cfm. Acedido no dia 31/01/2006.

Documentos não Publicados

54. OIT (2006), Policy issues within the framework of the Ouagadougou Declaration, plan of Action and Follow-up Mechanisms- the way forward & Stakeholders' workshop on the findings of the study. Maputo (4 a 5 de Abril de 2006) – Documento de trabalho apresentado no âmbito do Seminário sobre o estudo: "*As condições de inserção sócio-económica dos jovens moçambicanos em meio urbano: o caso da cidade de Maputo*" pelo Rajendra Partian (Senior Employment-cum-labour Market Specialist, ILO South Africa sub-regional Office, Harare, Zimbabwe).
55. ESSOR, INEFP, OIT et al (2006), *As condições de inserção sócio-económica dos jovens moçambicanos em meio urbano: o caso da cidade de Maputo*.